

SINAIS DE PRESENÇA BRITÂNICA NA VIDA AÇOREANA

(SÉCULOS XVI-XIX)

por
NESTOR DE SOUSA *

ABSTRACT

The Azores served as an important base for the Portuguese nautical expeditions of the fourteenth century, as well as the subsequent return journeys of the *Armadas*, from the East and the Americas. Even today they are of great strategic importance in the international struggle between the two major power blocks.

The archipelago was integrated in the periphery of international and intercontinental trade less than a century before organized settlement in the islands, through the circuits of the Luso-Atlantic economy, and as some of the islands provided a source of trade.

Regarding foreign trade, Great Britain was a privileged partner of the Azores from the 16th to the 19th century, even when, during the Spanish occupation of the islands, English corsairs were attacking them regularly.

Trade relations brought new British residents to the islands, some temporary and others permanent, most of whom settled on the larger islands. Some married into local families, and the British surnames that have survived to the present are ample proof of this.

These are the various general situations which, combined with some specific topics, have been chosen as the subject of this article, which aims to highlight the long-standing British presence in the Azores.

RESUMO

Marco importante de apoio às viagens quatrocentistas de exploração ultramarina portuguesa, os Açores foram-no igualmente nas subsequentes torna-viagens das armadas do Oriente e das Américas, como o são hoje ainda no jogo de forças dos blocos que comandam a estratégia internacional.

Zona periférica do comércio internacional e intercontinental, o arquipélago nele se integrou, todavia, a menos de um século ainda do início sistemático da ocupação dos seus territórios, quer através dos circuitos em que se movia a economia luso-atlântica, quer como origem de negócios que algumas das suas ilhas foram.

* Docente de História da Arte da Universidade dos Açores.

Nas transacções com o estrangeiro, a Grã-Bretanha foi o parceiro privilegiado no decurso dos séculos XVI a XIX, mesmo quando, por conjuntura nacional, as ilhas sofreram a regular investida de piratas e corsários ingleses.

As relações de negócio determinaram a fixação de britânicos, com maior ou menor permanência, nas principais ilhas açorianas, aliando-se alguns por matrimónio com famílias locais, de que são memória viva diversos patronímicos.

Estas são situações de natureza diversificada que, articuladas com outras de carácter pontual, escolhemos para neste artigo documentar a presença de britânicos na vida açoriana, em período de longa duração.

ABREVIATURAS

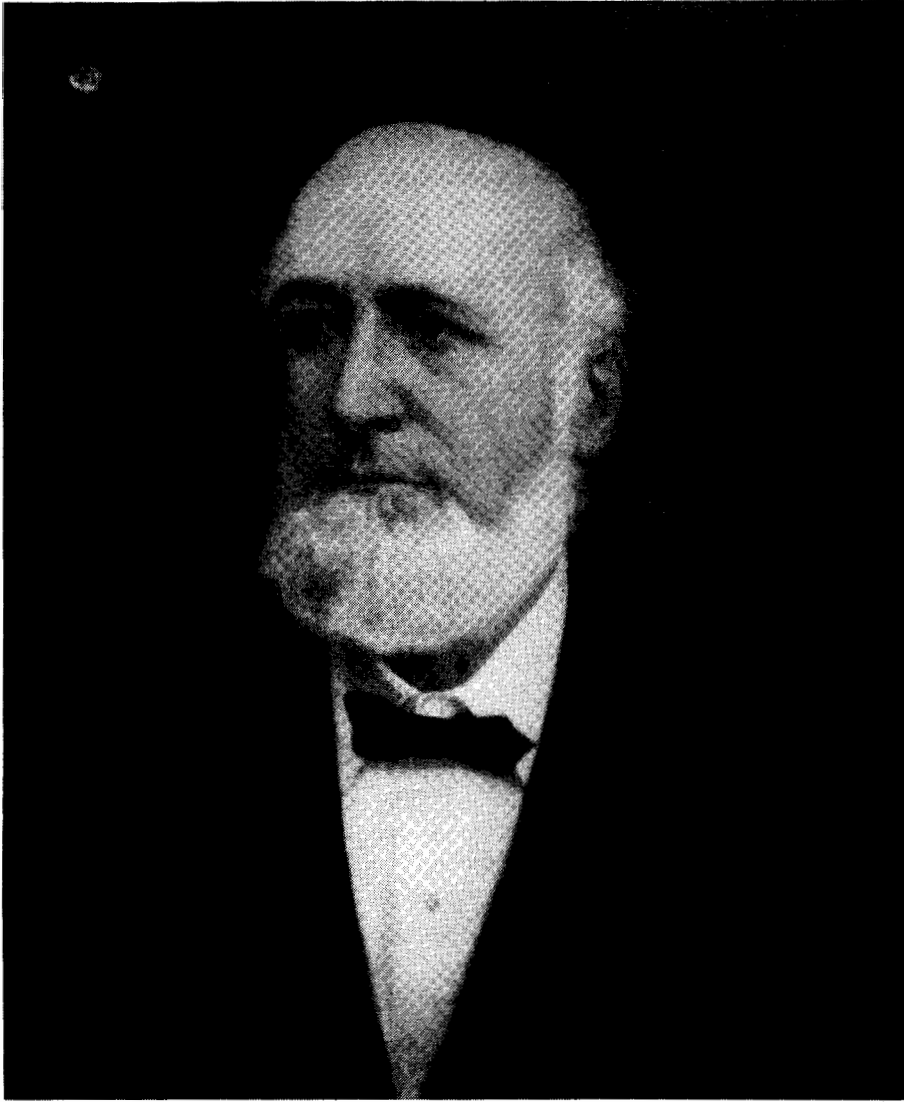
A.A.	— Arquivo dos Açores
A.G.S.	— Archivo General de Simancas
A.H.U.	— Arquivo Histórico Ultramarino
A.N.T.T.	— Arquivo Nacional da Torre do Tombo
B.P.A.A.H.	— Biblioteca Pública e Arquivo de Angra do Heroísmo
B.P.A.P.D.	— Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada
G.A.	— Guerra Antiqua
J.C.	— José do Canto
U.A.	— Universidade dos Açores

SITUADOS no limite da zona dos alísios, de clima atlântico, húmido e chuvoso semelhante ao da Bretanha francesa, os Açores são dominados pelos ventos de Sudoeste.

Pontos culminantes de grande cadeia submarina, espécie de poldras na vastidão oceânica, as nove ilhas do Arquipélago açoreano constituem a extrema ocidental da Europa, apontando o caminho para o Novo Continente.

Encontraram-nas os portugueses do século XV desertas de vida humana e de vertebrados, abundantes de floresta na variedade do relevo vulcânico, onde há caldeiras de extintos vulcões, morros basálticos, fajãs de lava sem comunicação com o interior ou descendo suavemente para o mar, vales e pequenas planícies. Relevo que se eleva em algumas ilhas frequentemente a mais de mil metros do nível do mar nos pontos culminantes, atinge os 2.320 metros na forma piramidal do Pico, mais seca e escalvada que as demais.

No Arquipélago subsiste o vulcanismo activo. Pacífico e permanente nos cachões de água fervente do Vale das Furnas, em S. Miguel, estância



AUTOR DESCONHECIDO. RETRATO DE GEORGE HAYES (1816-1879). ÓLEO SOBRE TELA, 0,37 x 0,31 cm.
C. DE 1850-1860. COLECÇÃO PARTICULAR. FOTOGRAFIA DE CARLOS MENDONÇA

de variadas águas termais de aplicações diferentes; mais perigoso nos relativamente frequentes tremores de terra que em quase todas se registam, por vezes com efeitos de violência destruidora, hoje como no passado.

Ilhas, são lugares de escala ou de apoio. Como os litorais. As do Arquipélago dos Açores não escaparam a esta regra.

Em geral de fácil aproximação, a situação geográfica e a maior facilidade de ancoragem fizeram de umas, mais do que outras, etapa obrigatória de torna-viagens, primeiro das rotas do Oriente; depois da das Américas.

Mas num Atlântico, em que o Tratado de Tordesilhas (1494), na sequência do das Alcáçovas (1479), definiu quase todas as ilhas como pertença da Coroa de Portugal, os Açores foram também terras de colonização e de exploração agrícola, laboratório para ensaio de novas culturas, espaço de compensação territorial para uma pequena nobreza provincial de segundogénitos, oportunidade de mais réditos senhoriais, e para a Coroa, mercado de abastecimento, por razões de outra conjuntura — diferente da que caracterizou o Reino nas primeiras décadas da expansão ultramarina e quase até ao fim do governo de D. Afonso V — em que avultam a consolidação das conquistas norte-africanas e, sobretudo, o incremento das viagens de exploração marítima para sul do Equador, a caminho do Oriente, a que os castelhanos passaram a fazer concorrência.

Como terras de colonização e exploração dos recursos naturais, distingue-se o Arquipélago açoreano de outras ilhas atlânticas — Santa Helena, por exemplo — onde por determinação régia foi proibida a fixação de habitantes, ficando reservada apenas a viajantes da rota da Índia carentes de tratamento, os quais embarcariam, depois de recuperados, em próximo navio¹.

Datável de 1427 o achamento de Santa Maria e de S. Miguel por Diogo de Silves, e de cerca de 1452 o de Flores e Corvo, por Diogo de Teive, entre estes limites cronológicos situa-se o das ilhas do grupo central — Terceira, S. Jorge, Graciosa, Pico e Faial.

Um tempo de preparação decorreu até que se iniciasse a ocupação efectiva do território.

Presumível entre 2-7-1439 e 5-4-1443 para as duas primeiras ilhas, porque nestas datas D. Afonso V, através da Regência de seu tio, o Infante D. Pedro, respectivamente autoriza o Infante D. Henrique a povoar as sete ilhas já descobertas e isenta Gonçalo Velho e «... todos os povoadores que estão e vivem nas ditas ...», por cinco anos, de dízima

e portagem dos produtos que delas exportassem para o Reino², particularizando o mesmo monarca esta isenção para a ilha de S. Miguel, entretanto doada ao Infante D. Pedro, regente ainda, por carta de 20-4-1447³.

Mais tardiamente terá começado o da Terceira e grupo central porque, confirmando D. Afonso V, por carta de 2-9-1460, a doação que da Terceira e Graciosa o Infante D. Henrique fizera em 22 de Agosto do mesmo ano ao Infante D. Fernando, seu sobrinho e filho adoptivo, o doador afirma «... que ora estão por povoar ...»⁴. Flores e Corvo, que por algum tempo não eram abrangidas pela designação de Ilhas dos Açores que às sete se atribuía, sê-lo-ão depois de 1475, ano em que, por carta régia de 28 de Janeiro, o citado rei as doa a Fernão Teles e seus sucessores, concedendo os direitos e franquias dos moradores da Madeira, «... pelos homens terem mais rasão de as irem povoar ...»⁵.

Se o Infante D. Pedro, enquanto Donatário de S. Miguel, foi quem deu um primeiro inicial impulso à ocupação da maior ilha do Arquipélago, todavia, essa sem dúvida importante intervenção — para com a qual os micalenses continuam em débito de homenagem cívica — porque bruscamente interrompida com a sua trágica morte em 1449, quedou-se por efémera etapa de fase incipiente.

Ignorando-se qual tivesse sido o ritmo do fluxo emigratório imediatamente subsequente, é de admiti-lo, no entanto, de reduzida expressão numérica até à década de 1470, ano da morte do Infante D. Fernando, Donatário das ilhas, conhecida que é a exclusividade de interesses que demonstrou pelo Norte de África, em correspondência, aliás, com o rumo imprimido à expansão ultramatina pelo Rei D. Afonso V, seu irmão.

Em 10-3-1474 D. Beatriz, Infanta viúva daquele donatário, em nome de seu filho D. Diogo, Duque de Viseu, sucessor no senhorio das Ilhas dos Açores, confirma a escritura de compra da Ilha de S. Miguel feita ao Capitão João Soares de Albergaria por Rui Gonçalves da Câmara, filho segundo de João Gonçalves Zarco, descobridor da Madeira, para a «... aproveitar e povoar em tal maneira que se fizesse em ela muito proveito ...», e pela qual pagara 2.000 cruzados em dinheiro e 4.000 arrobas de açúcar.

A infanta justificava a confirmação, ao mesmo tempo que regulava a sucessão da nova Capitania independente de Santa Maria, porque «... a dita ylha des o começo de sua povoação até o presente he muy mall aproveitada ...», convencida que estaria das capacidades do comprador

«... para fazer povoar a dita ilha e a reger e governar ...», podendo o Reino em breve receber dela «... muitas mercadorias»⁶.

Validada compra e sucessão por cartas régias de 20 de Maio do mesmo ano (a que outras se seguiram), nelas D. Afonso V expressa claramente que o fazia «... com consentimento do príncipe seu filho ...»⁷, isto é, do futuro D. João II.

A natureza destes documentos e a curva demográfica possível de estabelecer, apesar do aleatório dos dados estatísticos, confirmam que foi a partir de 1474 que S. Miguel foi objecto de acções sistemáticas de povoamento e organização social, o mesmo acontecendo nas outras ilhas, com o «décalage» próprio das suas potencialidades territoriais e posicionamento geográfico no contexto do arquipélago e da política nacional.

Gaspar Frutuoso (1522-1591), primeiro cronista dos Açores e da Macaronésia, que em termos cronológicos é vago para quanto atribui aos primórdios da vida insulana, a propósito de duas naus castelhanas que vieram atacar as ilhas açoreanas, situa o facto quando «... el-rei D. Afonso trazia guerra com el-rei D. Fernando de Castela e Aragão ...», num tempo em que Vila Franca do Campo, na Ilha de S. Miguel, «... era então a mais populosa e rica que em todas havia ...».

Continuando o relato, acrescenta que:

«Chegando os castelhanos ao porto d'Angra, desembarcaram n'êle e roubaram a vila que a este tempo era povoação mui pequena ...»⁸.

Ora, a informação recolhida situa-se necessariamente entre 1475 e 1479, pois que:

1 — Fernando de Aragão, casando em 1469 com Isabel de Castela, só a partir de 1475, e após o Acordo de Segóvia, passou a usar o título de rei das duas Coroas.

2 — A guerra a que o cronista se refere iniciou-se com D. Afonso V, Rei de Portugal, a invadir Castela em 1475, de que a indecisa Batalha de Toro, no ano seguinte, é um dos episódios, terminando o conflito em 1479 pelo já mencionado Tratado das Alcáçovas e, com ele, o sonho ibérico afonsino.

A importância atribuída a Vila Franca do Campo, tornada de há pouco sede de Capitania, comparada com Angra no contexto das demais vilas então existentes no arquipélago — todas sedes de capitánias (Vila do Porto, em Santa Maria; Praia, na Terceira; e Horta, no Faial) — confirma a situação que se iniciara em 1474, tanto mais que na carta de doação da Capitania de S. Jorge a João Vaz Corte-Real, Capitão de

Angra, datada de 4-5-1483, se cita como um dos objectivos, esperar «... que elle dará toda a ordem á povoação della ...»⁹.

Tal situação deverá entender-se como decorrente da nova orientação a que D. João II levou a política de expansão ultramarina desde que, ainda príncipe, dela foi encarregado nos últimos anos do reinado de seu pai.

A esta luz torna-se coerentemente explicativa a confirmação de D. Beatriz a Rui Gonçalves da Câmara que, irmão do então Capitão do Funchal, João Gonçalves, se lhe creditaria com a experiência madeirense de há mais tempo iniciada.

No decurso de um século consolidou-se a fixação da sociedade no arquipélago. Uma sociedade, todavia, ainda em crescimento demográfico que, no século XVII, é mais espectacular em S. Miguel.

Estimada em número que varia entre 17.446 almas de confissão¹⁰ e mais de 19.800 moradores na década de 1580 — para mais ou menos 50.000 habitantes em todo o conjunto insular — a população micalense elevou-se na centúria seguinte de 25.000 para 45.000 pessoas¹¹, computado o total açoreano em pouco mais de 85.000 no ano de 1700, do qual 3.000 em Santa Maria, um pouco mais de 19.000 na Terceira e 15.000 nas restantes seis ilhas, números aproximados¹².

Se o século XVIII responde com uma curva demográfica de insignificantes oscilações, não atingindo S. Miguel os 60.000 habitantes em 1800, a Terceira, segunda ilha mais povoada, situava-se em 1794 nas 28.281 pessoas e o arquipélago, no seu conjunto, em 154.886¹³.

À quase estagnação naquele século, no decurso do seguinte e primeiras décadas do actual, a maior ilha dos Açores acompanhará, porém, a tendência geral europeia de crescimento, ultrapassando a centena de milhar — 105.000 habitantes em 1864 — primeiro censo que a nível nacional se realizou em bases científicas — continuando com oscilações de 119.900 para 121.300 entre os censos de 1878 e 1900, anos em que, anteriormente a 1930, atinge as máximas densidades médias — 144,5 e 144 habitantes por quilómetro quadrado, muito superiores, portanto, às obtidas para o Continente pelos mesmos censos — 42,12 e 71,7 — e superiores também ao conjunto insular europeu no mesmo período¹⁴.

Reflectindo a evolução demográfica, foi-se prefigurando nas ilhas o perfil do ordenamento populacional e distribuição de manchas que hoje apresentam ao longo dos litorais, com pequena penetração para o interior. Concomitantemente, os territórios foram sendo valorizados à escala das suas dimensões, potencialidades naturais, dinamismo e maior ou menor autonomia dos poderes locais estabelecidos em cada

unidade islenha, mas também em função da subalternidade periférica de algumas ilhas relativamente à sediação da respectiva capitania.

Contudo, se pela posição geográfica o arquipélago foi vital para a política expansionista portuguesa — como continua a ser no jogo de forças da política mundial contemporânea e dos blocos que as definem — pelos recursos da sua produtividade contribuiu desde cedo para as necessidades do Império, integrando-se os Açores — sobretudo S. Miguel e Terceira — no circuito do comércio internacional e intercontinental da economia «luso-atlântica». Por isso mesmo, já em tempo de D. Manuel uma das três armadas do Reino foi atribuída à protecção dos navios que pelo arquipélago faziam derrota obrigatória, com escala especialmente em Angra e Ponta Delgada, com menor concurso ao porto da Horta.

Em 1569 D. Sebastião reforçou esta medida, que se manteve por todo o século, embora reduzido o número de navios por determinação de Filipe I de Portugal, II de Espanha.

Com ela visava-se um duplo objectivo: protecção contra o corso e pirataria; mas também contra transacções ilícitas lesivas dos direitos régios, queixando-se D. Manuel no Regimento para as naus da Índia nos Açores, datado de 20-4-1520, de que parte dos produtos do Oriente eram contrabandeados na Terceira e em S. Miguel, antes que as naus aportassem a Lisboa ¹⁵.

Efectivamente, o mar dos Açores foi demoradamente infestado por piratas e corsários argelinos, franceses e ingleses.

Particularmente frequentes e devastadores foram os ataques destes últimos, abordando e destruindo, ou aprisionando, os navios das frotas portuguesas e espanholas que escalavam o Arquipélago, tanto como simples embarcações isoladas que nos seus portos comerciavam. Em 1565, por exemplo, duas naus corsárias inglesas entraram no porto de Ponta Delgada onde, a despeito dos tiros de artilharia do Castelo de S. Brás, ainda não concluído, apresaram uma caravela que nele estava surta ¹⁶.

Com a união das duas Coroas ibéricas sob a dinastia espanhola filipina, aumentaram de frequência e intensidade os ataques, acompanhados de violentas investidas em terra. Nenhuma das nove ilhas foi poupada, nem mesmo a pequenina ilha do Corvo, ao flagelo de piratas e corsários ingleses, mais do que quaisquer outros, com seu extenso cortejo de violentações de toda a natureza.

Assim, em meados de 1585 outras duas naus inglesas queimaram no referido porto micaelense cinco navios e abordaram uma nau

biscainha, com mortandade de seus marinheiros quanto de tropas que do castelo procuravam defender os assaltados ¹⁷.

Cerca de dois anos mais tarde, ou seja, em 2-6-1587, a Vila das Lajes, na Ilha das Flores, a mais ocidental do arquipélago e cauda da Europa, foi entrada por cinco navios da mesma nacionalidade com gente de guerra a bordo, que a pretexto da obtenção de mantimentos saquearam a vila durante oito dias, derrubando casas e violando os templos, outro tanto praticando na Vila de Santa Cruz e no lugar de Ponta Delgada da mesma ilha ¹⁸.

Em 1589, saindo de Plymouth em 18 de Junho, o conde Jorge Cumberland fez a sua aparição nos Açores comandando quatro navios com mais de 400 mercenários.

S. Miguel foi a primeira ilha que avistaram e rondaram sob disfarce de pavilhão espanhol. Diversas embarcações surtas no porto da cidade, e outras que a ele se dirigiam vindas da Terceira com avisos, foram apresadas, perdendo-se os seus carregamentos de vinho da Madeira, azeite, sedas e lãs, por entre o tiroteio dos flibusteiros e do forte.

Aportando depois às Flores para aguada, os que em Santa Cruz desembarcaram acharam a vila deserta, lembrada que estava a população das depradações sofridas dois anos antes.

Se desta vez foi poupada a Ilha das Flores, outro tanto não aconteceu às embarcações ancoradas na baía da Horta — após violenta fuzilaria dos tripulantes e da fortaleza — nem com a vila faialense, a cujo porto a armada de Cumberland regressara depois de uma sondagem à Ilha Terceira.

Recusando pagar-lhe tributo, como se de resgate se tratasse, vila e fortaleza, depois de intensamente bombardeadas, foram por fim invadidas e, como consta do relato de Wrigh, a Horta sofreu «as ultimas violencias da guerra» por espaço de quatro dias, sendo os seus habitantes obrigados ainda à entrega de 2.000 cruzados, pagos com a prata das igrejas.

Cumberland manteve-se prolongadamente no mar dos Açores na esperança de uma frota espanhola das Índias, a qual, todavia, logrou abrigar-se em Angra. Frustradas as expectativas, assediada pela necessidade de água e mantimentos, recusados em S. Miguel, Santa Maria e S. Jorge, viu-se o conde constringido a afastar-se, indo prosseguir o curso pela Península Ibérica até regressar ¹⁹.

Com o relato que seguimos, eufemisticamente denominado de viagem pelo seu autor, não se esgotam as investidas corsárias inglesas nos Açores.

Depois das armadas de Greenwill e Robert Flyke em 1591, o primeiro sem a mesma fortuna dos compatriotas, porventura mais grave que todas elas terá sido o assalto comandado pelo Conde de Essex que, depois de em 1596 saquear a cidade espanhola de Cádiz e Faro no Algarve, fez a sua aparição nos Açores no ano seguinte.

Constituída por elevado número de navios, à marinhagem acrescia grande quantidade de tropas, correspondentemente armadas e muniçadas, a que não faltavam algumas dezenas de cavalos.

Além do tradicional objectivo, vinha à conquista de S. Miguel, para onde trazia governador inglês já nomeado por Isabel I.

As Ilhas do Faial e do Pico foram assaltadas em 29-9-1597, resultando da violência do ataque, não só a costumada pilhagem, mas ainda o incêndio das igrejas Matriz e paroquial de Nossa Senhora da Conceição da Horta, assim como o das igrejas de Nossa Senhora da Luz e de Nossa Senhora da Graça, respectivamente dos Flamengos e Praia do Almoxarife, também no Faial.

Consumadas estas depredações, escapando-se, entretanto, e acolhendo-se ao porto de Angra a frota da Índia, com seu carregamento de prata, Essex, em vez de investir a cidade terçoireense, rumou a S. Miguel, surgindo a armada inglesa a leste de Ponta Delgada a 9 de Outubro.

Desistindo do desembarque em Rosto de Cão, arredores da cidade (S. Roque), fizeram-no os ingleses em Vila Franca do Campo, oportunamente evacuada de acordo com o plano defensivo estabelecido por Gonçalo Vaz Coutinho, Governador da ilha.

O litoral apresentava-se guarnecido entre a cidade e a vila, as saídas para Ponta Delgada defendidas e esta entrincheirada, provida a fortaleza para resistir como último reduto, de modo que o Conde de Essex preferiu ordenar o reembarque da sua gente em 19 de Outubro, fazendo-se de vela para Inglaterra, não sem que fosse forçado a abandonar na praia parte do que colhera para aguada, lanchas, peças de artilharia e alguns cavalos. Na precipitação da retirada morreram afogados alguns invasores, não se tendo registado nesta investida destruição de monta na vila finalmente libertada ²⁰.

Antepassados do terrorismo contemporâneo, que todas as fontes noticiosas divulgam como «fait-divers» de um quotidiano a que nos vamos habituando, a pirataria e o corso, parte integrante de uma história trágico-marítima açoreana, povoaram as mentes juvenis de gerações recentes, através de uma certa cinematografia de primários intuítos consumistas dos anos quarenta, que, na dicotomia simplista

entre maus e bons, estabelecia valores de mítica heroicidade para alguns decantados nomes desse passado sangrento.

Voltemos, porém, ao reencontro com os sinais britânicos nos Açores onde, como em toda a perspectiva histórica, há que acautelar as dificuldades entre social e individual ao nível do limite entre móvel e estático.

Zona periférica, embora, do grande comércio internacional e intercontinental, nem por isso os Açores deixaram de ser ponto de partida de viagens de negócios, e não apenas por circuito inter-ilhas, por uma e outra vias articulando-se com a vasta trama do capitalismo europeu, adoptando gradualmente mecanismos próprios de uma economia de mercado, já visíveis no século XVI ao menos nos principais centros urbanos, apesar de Gaspar Frutuoso afirmar que nos negócios realizados anualmente por mercadores islenhos e estrangeiros em Ponta Delgada não se chegarem a realizar «dez escrituras públicas»²¹, e o escambo de mercadorias-produtos continuar a fazer-se em todo o arquipélago.

Do que se exportou, a cultura açucareira, de que S. Miguel foi o produtor de melhor qualidade, constituiu a principal fonte de riqueza na primeira fase de exploração territorial. Mas ainda no século XVI entrou a diminuir, cessando completamente por meados do século seguinte o seu cultivo, para o que contribuíram diversos flagelos, como por exemplo os grandes tremores de terra de 1522 e 1563 em S. Miguel, e a peste que grassou aí entre 1531 e 1533, arruinando muitos proprietários e reduzindo à miséria grande número dos que não dispunham de domínio útil da terra, nem de outros cabedais senão os seus braços. O processo acelerou-se, porém, desde que se iniciou a sistemática colonização do Brasil no segundo terço do século.

Entretanto, o pastel, produto de aplicação manufactureira, em planta ou granado, que na medida da decadência do anterior fora ganhando amplitude até às primeiras décadas do século XVII, entrou em declínio por sua vez, cessando o seu cultivo sensivelmente pela mesma época.

A paisagem açoreana tornou-se então definitivamente cerealífera, alargada à produção do milho maïs, ao mesmo tempo que o produtor incentivou diversas outras culturas, designadamente linho e laranja, com incontestada preeminência de S. Miguel mais uma vez.

Ponta Delgada ir-se-á definindo como foco comercial do Arquipélago, mau grado o seu porto, no século XVII, ter manifestado quebra de registo de entradas e saídas de barcos a partir de 1620²².

Estabilizado o declínio em período de longa duração entre cerca de 1692 e 1765, o movimento portuário de Ponta Delgada é já de franca recuperação em 1795, tornada curva em ascensão contínua no decurso do século XIX, com uma média anual de 509 embarcações entre 1858 a 1864²³.

Se a quebra do porto de Ponta Delgada no período indicado, aliás verificada em todo o arquipélago, é explicável pelas conjunturas nacional — Crise da Restauração — e internacional — recessão económica europeia de meados de seiscentos — a sua manutenção, embora estabilizada, depois que a partir de 1690 se verifica a recuperação da economia mundial, atribuível em parte à relativa paz que a Europa conheceu por algumas décadas desde aquele ano, em parte também ao influxo aurífero proveniente da mineração brasileira — parece significar, contudo, que os Açores não acompanharam de imediato uma certa linha de prosperidade que a economia «luso-Atlântica» gozou nos últimos anos do reinado de D. Pedro II (1667-1706), o que não poderá ser explicado, nem mesmo parcialmente, pelo fenómeno emigratório, porque este, iniciado embora no decurso do século, foi ao longo de setecentos que tomou maior acento, especialmente em outras ilhas que não S. Miguel. A este respeito considere-se o que certificava Manuel de Sousa Rodovalho em 27-4-1711, a pedido do Capitão-Mor da Vila da Lagoa, segundo o qual, «... esta Villa da Lagoa desta Ilha de São Miguel se acha ao presente com tanta abundância de mantimentos assim de trigo como de milho, (...); será o dito milho, e trigo de pouco lucro aos donos, por valer o ditto milho a cem reis o alqueyre nesta ditto villa, e em algũas partes da Ilha a menos preço, e ouvi queixarem-se algũs morgados desta Ilha, que tendo m.^{tos} moyos de trigo lhes nam compravão hum alqueyre, e tinham receyo de terem grandes perdas, não lho deixando embarcar ...»²⁴.

Independentemente de restrições que por vezes foram determinados à exportação de produtos, tiveram regularidade as relações comerciais dos Açores com o mundo exterior, desde os séculos XV-XVI com o Reino, Madeira, Canárias, Praças do Norte de África e Brasil, mas também com mercados estrangeiros, designadamente da Grã-Bretanha, França, Flandres e Holanda.

No século XVI, Gaspar Frutuoso refere o porto de Ponta Delgada sempre muito frequentado de navios provenientes de diversos países, carregando e descarregando produtos, especialmente no Verão, para além de outros, também de proveniência e destinos vários, que por ele

faziam escala ²⁵. Relativamente a Angra, afirma o mesmo cronista «... ser o porto desta cidade escala de muitas navegações» ²⁵.

Diversificadas, embora, as relações com o estrangeiro, o parceiro privilegiado desde o século XVI foi a Grã-Bretanha, com evidência para Ponta Delgada, escoadouro da ilha de mais abundante produtividade, cujo porto acolhia, no mesmo século, uma média anual estimada pelo dito cronista por vezes em mais de 25 naus ²⁷.

Confirmando a maior afluência estrangeira a este porto, tanto como a superioridade de recursos micaelenses, numa descrição de viagens de 1582 a 1615 diz-se claramente que ingleses, franceses e escoceses frequentavam mais Ponta Delgada do que a Terceira, pela abundância de pastel e de trigo que podiam carregar, tão fértil era a ilha deste cereal, que muitas vezes supria a falta das outras ilhas ²⁸, o que diversa documentação confirma, e não apenas para o cereal.

Efectivamente, o trigo de S. Miguel, para além da aludida situação, foi chamado a colmatar a escassez de 1,4 milhões de alqueires com que, em média, se debatia anualmente o Reino ²⁹, o que não significa, contudo, que na ilha se não tivessem feito sentir períodos cíclicos de crise, em geral de curta duração, por sucessivos maus anos agrícolas, variações climatéricas, investidas de piratas ou cataclismos naturais, com a correspondente especulação de preços, porque à procura exterior correspondia a oligarquia micaelense, em anos de menos abundantes excedentes para consumo local, o que, não raro, originou motins populares.

Desta situação dá-nos conta a carta de 8-8-1592, escrita a Filipe I de Portugal pelo já mencionado Gonçalo Vaz Coutinho, em que afirma, a propósito de colheitas insuficientes nos dois anos anteriores, que «... os mercadores são os que tem o mais e o melhor e estes tiranizam os pobres e lhes bebem o sangue aproveitando-se da necessydade dos tempos» ³⁰.

De resto, a preeminência económica e comercial de S. Miguel é facto confirmado por documentação de natureza vária, de que são elucidativas: a carta do Primeiro Capitão-General dos Açores, D. Antão de Almada, para Francisco de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal e Secretário de Estado, datada de 25-8-1767, em que afirma que «... Esta Ilha he m.^{to} melhor sertam.^{te} que a Terceir.^a, assim na abundancia, como no trato da gente ...» ³¹; e a que José Acúrcio das Neves, quando era Juiz de Fora de Angra, escreveu em 20-7-1796 à Rainha D. Maria I, assinada conjuntamente pelos vereadores da Câmara e Procurador do Concelho, na qual, comparando a Terceira com

S. Miguel, esclarece que esta era «... incontestavelmente a mais opulenta e rica, ou seja em comercio, ou nas produções ...»³².

Do que atrás se apresentou como sinais de preponderância britânica do comércio açoreano com o estrangeiro, tem de concluir-se não ter havido incompatibilidade entre situações díspares: ataques de corsários e relações comerciais; tão pouco com a situação de beligerância em que Portugal se viu envolvido no período em que reinou a dinastia filipina.

Nenhuma dúvida fica a caber se tivermos em linha de conta que António Centeno, em carta datada de Angra de 11-1-1598 a Filipe I de Portugal, (II de Espanha), informava que «En lo que es materia de yngleses segun me diçen es negocio lastimoso lo que se pasa en San miguel por que con la misma seguridad ellos tratan en londres y en sus puertos con essa misma tratan alli ...»³³.

Quer dizer, os proprietários e homens de negócio micalenses usaram de notório pragmatismo relativamente às proibições régias do rei Filipe, que em 1596 ordenara a expulsão dos ingleses da Terceira, ordem confirmada para S. Miguel em 1605 por Filipe III (II de Portugal), extensiva aos flamengos aqui residentes.

Singular a atitude dos micalenses?

Certamente que não porque, a despeito do azedume manifestado pelo marechal de campo António Centeno, acima testemunhado, e das mencionadas ordens de expulsão, também na Terceira se fizeram negócios com britânicos em pleno domínio filipino. Em 30-3-1602, os escoceses Robert Hum, proprietário da nau S. Jorge, surta no porto de Angra, e Aníbal Gibsum *, mestre da mesma, naturais de Leyt, assinavam com o mercador Baltasar de Ontibero, morador naquela cidade açoreana, escritura de fretamento do referido navio, que ali carregaria oitenta toneladas de trigo para transportar a Lisboa, após regressarem de «... sua dr.^{ta} [directa] viagê ao porto de portugal (*sic*) ou a viana ...» com idêntico carregamento que estavam a embarcar em Angra e se completaria na Vila da Praia, pagando o fretador 3.300 réis em dinheiro por tonelada³⁴.

* Muitos dos nomes ingleses (de pessoas e lugares) aqui referidos neste artigo, aparecem menos correctamente citados, não por incúria do autor, mas porque ele se limitou a transcrevê-los (já abastardados) rigorosamente da documentação portuguesa que lhe foi dada consultar. (N.E.).

Baltasar de Ontibero, certamente mercador espanhol, tratava directamente com estrangeiros.

Mas as transacções nos Açores revestiram-se de outras formas.

Com ingleses houve-as também por meio de agentes ou de procuradores locais, através de casas de negócio por conta de grupo residente em Lisboa, igualmente com ingleses estantes ou residentes nos Açores, principalmente em S. Miguel.

Da poeira dos arquivos pudemos extrair nomes de negociantes estabelecidos em Ponta Delgada desde o século XVII.

Richarte Nicolas, João Percoste, Duarte Howe (?), Nathaniel Clos (?), Duarte Mawe (?), Duarte Neumão, são mercadores ingleses em Ponta Delgada, que passaram procurações, juntamente com flamengos, nesta cidade e para Lisboa, em 10-12-1611³⁵.

Mercadores ingleses residentes na cidade micalense eram Owindoris (?) e Guilherme Aytt, que nela venderam ao capitão espanhol João Baptista Garay, em 6-5-1633, um navio que possuíam ancorado no porto³⁶.

Em 18-6-1639 Ilias Poter (ou Elias Potter) passava procuração ao tabelião de Ponta Delgada Pedro Chaves Correia³⁷.

Mateus e Peter Goodwin ou, na forma aportuguesada, Godim, figuram em 9-7-1661 num contrato estabelecido com o capitão Pedro Barbosa da Silva³⁸; e João Marwin, capitão da nau Santo Onofre, em 4 de Novembro seguinte, assinava escritura de fretamento dela com o mercador micalense Francisco Fernandes Vitória, para levar carregamento de trigo à cidade de Tânger, como anteriormente já o fizera a Fernão Roiz Penso, com idêntica finalidade e destino³⁹.

Dois anos depois, ou seja, em 30-8-1663, os ditos Godim, conjuntamente com os compatriotas João Chamberlin e Thomas Vaad, comprometiam-se perante a Câmara de Ponta Delgada, «... por suas pessoas e bens, que de todo o trigo que carregassem para fora da Ilha [haviam de] deixar e dar para o povo a dessima parte que he a rezam de sem moios de todas as vezes que lhes fossem pedidos para se venderem na terra pelo preço dos trigos dos fiames ...»⁴⁰.

No mesmo ano, outro dos que residiam em Ponta Delgada era Duarte Chapel, que em 29 de Setembro passava procuração ao comerciante Pedro Borges, residente na cidade francesa de La Rochelle⁴¹.

Alguns dos mercadores estabelecidos nos Açores eram também armadores. Um deles, morador em Ponta Delgada, chamado João Stone, vendeu por escritura de 4-11-1676 a Domingos Dias de Sousa, da mesma cidade, um seu navio ancorado no porto, devidamente aparelhado com

todos seus pertences, pronto a navegar para qualquer parte do mundo, recebendo pela transacção 700\$000 réis em dinheiro de prata, designadamente patacos marcados com o valor nominal de 600\$000 réis ⁴².

Importante negociante inglês radicado em S. Miguel era, sem dúvida, Guilherme Chamberlim, com correspondente na Terceira e em Lisboa, o qual, por escritura de 16-8-1677 fretou ao mestre Samuel Blake, natural de Plemwa, e ao capitão João Masserty (?), da mesma nacionalidade, o navio Ana, de 600 toneladas, surto no porto de Ponta Delgada, para levar trigo à praça norte-africana de Mazagão, pagando-lhes de frete, no regresso, 2\$750 réis em moeda por cada moio ⁴³. Em 15 de Março do ano seguinte, tendo como uma das testemunhas Richard Huchenson, como ele mercador residente em Ponta Delgada, Guilherme Chamberlim estabelecia contrato com o compatriota Pedro Belwin, natural de Londres e capitão do navio Boa Ventura, chegado em 28-12-1677 com sal da Galiza, para ir ao porto da Vila da Praia, na Terceira, carregar o trigo que lhe fosse entregue por Francisco de Sá Salazar, morador em Angra, ou por outrem a quem ele, fretador, ordenasse, visto não haver licença das Câmaras de S. Miguel para embarcar aquele cereal. O pagamento foi estipulado «... a Reção de outosentas patacas de seissentos reis cada huã por mes de trinta dias, que monta em cada huõ dia dezasseis mil reis ...», a entregar na Terceira pelo dito Francisco de Sá Salazar em moeda corrente em Portugal, devendo seguir viagem com o trigo que aí pudesse receber ⁴⁴.

Foram variadas, portanto, as formas como os britânicos intervieram no comércio dos Açores, mostrando-se ter sido corrente o uso de numerário de prata.

Nesta segunda metade do século XVII já não receavam quaisquer restrições à sua actividade mercantil, nem tinham de usar de artificios para a exercer. Cessara em 1-12-1640 o governo de reis espanhóis em Portugal, substituídos pela dinastia bragantina, inaugurada com D. João IV, o qual, logo em 16-7-1641 recomendara por carta ao Conde de Vila Franca, Capitão e Governador de S. Miguel, o bom tratamento dos súbditos britânicos residentes na ilha ⁴⁵.

Entronizado de pouco, ainda segurando mal a Coroa real portuguesa, o monarca fazia acompanhar as diligências diplomáticas junto de Cromwell por atitudes cautelares e de boa vontade para com os naturais da Grã-Bretanha, em que se inserem os privilégios concedidos em 1657 aos seus mercadores, durante a Regência da Rainha viúva D. Luísa de Gusmão, a coberto do Tratado Luso-Britânico assinado em 1654, que viria a consagrar o predomínio da velha aliada no comércio

português, tanto mais quanto era precária a estrutura económica nacional, particularmente nos difíceis e prolongados anos da Restauração.

Nos Açores continuarão a estabelecer-se ingleses no decurso dos séculos XVIII e XIX, concentrando-se o maior núcleo, predominantemente de homens de negócios, em Ponta Delgada o que, de algum modo, também vem confirmar o impulso renovado da produção agrícola micaelense.

Como os franceses, tiveram cônsul próprio. Em S. Miguel, Joffers Cobbers recebia a respectiva patente em 17-11-1644⁴⁶ e em 1676 desempenhava idênticas funções o mercador Richard Huchenson, antes mencionado, que em 7 de Dezembro desse ano arrendava casa por quatro anos em Ponta Delgada, na Rua Nova (António José d'Almeida), ao preço de 8\$000 réis anuais, pagos «... por moedas de prata marcadas de seiscentos e trezentos réis e outras moedas todas correntes neste Reino e Senhorios de Portugal»⁴⁷.

Da vida nos Açores, que é História por fazer, o social tem sido campo de menos favor. Não só ele, mas também.

Na ausência de estudos sistemáticos e de aprofundada reflexão crítica, a sociedade açoreana ficar-se-á aqui por esboço de hipótese explicativa, num repensar ou releitura de materiais dispersos a que, com elementos inéditos, mas de limitada incidência, se procurará imprimir perspectiva de conformação possível do seu quadro dominante, em termos de grupos e categorias da antiga orgânica, obviamente com as decorrentes inevitáveis condicionantes.

Sociedade de estratos pluridimensionais, nela é possível reconhecer linhas de persistência sócio-institucionais no decurso do século XIX, mesmo depois de implantado em Portugal o regime constitucional. A situação, todavia, não é de excepção na estrutura social portuguesa, o que impõe a rejeição de uma tradicional e redutora divisão tripartida.

Privilégios e estatuto legal de nobreza foram factores diferenciadores de categorias. Contudo, num tecido em que a riqueza foi motor de dignificação, quanto de acesso, os contornos dos estratos superiores surgem frequentemente difíceis de precisar.

Assentando a riqueza essencialmente na propriedade fundiária, a primeira camada do tecido social era constituída pelos principais possidentes de terras, que as vinculavam, dos quais, todavia, senão todos pelo menos alguns, se dedicavam igualmente à mercancia dos produtos explorados, directamente ou por interposto profissional, porque a produção tinha finalidade de comercialização, acrescentando

assim, aos rendimentos que colhiam em moios anualmente «... de suas lavranças, de muito trigo e pastel, e fóros ...», as rendas de «... outras inteligencias que têm alguns com mercadores ...»⁴⁸.

Mas no século XVI, segundo Gaspar Frutuoso, acabado de transcrever, a par dos primeiros, que designa de fidalgos, havia profissionais que comerciavam «... de suas fazendas e pastél, e outras mercadorias (...), negociando uns com outros partidos ...», pelo que, «... com o ganho do seu trato, (...), e o ganho de seu ofício, algum pastel que grangeava[m], ...» obtinham vultosos rendimentos monetários, razão por que puderam casar, acrescenta o cronista, ou fazer casar seus filhos, com pessoas «... de muito nobre geração e dos primazes ...», daí resultando, por vezes, concessão régia do grau de cavaleiro fidalgo e a atribuição de braço de armas, mas antes de mais, a participação na administração ou o desempenho de cargos e serviços de prestígio⁴⁹.

Fidalgos que não desdenhavam mercadejar e negociantes cuja riqueza permitia respeitabilidade e nobilitação, são sinais de hibridismo social e entre a mentalidade de proprietário terratenense e de comerciante, porque os profissionais de comércio, relativamente à propriedade agrícola, comportaram-se como os tradicionais possidentes da terra, investindo na sua aquisição parte dos lucros obtidos nos negócios, a que uns e outros acrescentavam as rendas de foros, casas, ofícios liberais e cargos que desempenhavam.

Nobreza hereditária, ou de linhagem, e nobreza adquirida por mérito, declaração régia, concessão de dignidade, posto ou emprego, são categorias de uma noção mais ampla e ambivalente de nobreza, que abrangia comerciantes de grosso trato e outros burgueses, desde que estes não exercessem ofício mecânico, mas também, quiçá, lavradores em terra própria, que o arrendamento era incompatível com a dignidade.

Por outro lado, viver nobremente, mesmo que sem linhagem, desempenho de dignidade, posto ou actividade liberal, assim como servir na governação municipal como vereador ou procurador do concelho, foi modo de reclamar nobilitação e de alcançar grau de ordem militar.

Tal conceito amplo de nobreza distingue-se, pois, do de fidalguia, correspondendo esta situação à categoria superior dentro daquela, com privilégios especiais e título específico, em cuja hierarquia se distinguiam, por ordem crescente, moços fidalgos, fidalgos escudeiros e fidalgos cavaleiros — principal nobreza rematada pelos titulares — abaixo dos quais vinham os fidalgos de cota de armas e, finalmente,

os fidalgos por privilégio, ou seja, aqueles que gozavam da categoria sem que a ela pertencessem — cavaleiros fidalgos e escudeiros fidalgos.

Quanto aos profissionais de negócios, de que os mais abastados participavam da noção ampla de nobreza, ou «nobreza rasa», sem fidalguia, constituiriam uma classe média, genericamente conhecidos no século XVI por mercadores, e depois por comerciantes, também ela com suas categorias estratificadas consoante a riqueza e a importância dos cargos e funções, onde Homens de Negócio, contratadores de sobrado ou grandes contratadores, se situavam em pólo oposto ao dos modestos vendeiros, passando pelo grupo intermédio dos mercadores de loja ou retalhistas e de diversos outros traficantes.

Quer isto dizer, que apesar da fluidez com que as nomenclaturas e situações sociais chegam aos nossos dias, a orgânica social açoreana distribuía-se no Antigo Regime por «Diferentes Estados de pessoas».

Se a fronteira entre nobreza de origem e por mérito nem sempre é fácil de destacar relativamente aos que viviam ao consoante, nem por isso deixava de existir a separação em corpos diferenciados, cujas actuações nem sempre foram coincidentes, confrontando-se por vezes violentamente. É enquanto classe profissional, que em 18-4-1752, sob a anónima auto-denominação de «escravos» do Conde da Ribeira Grande, 203 comerciantes micaelenses se dirigem ao rei D. José, tecendo acrimoniosas queixas contra abusos e prepotências de que se afirmavam vítimas e reclamando a intervenção régia para as arbitrariedades enumeradas, desculpando-se do anonimato da petição a fim de evitarem represálias, como as que normalmente recaíam sobre quem se opusesse aos interesses do dito Conde ⁵⁰.

Se se comparar o teor das reclamações apresentadas com o da mencionada carta do Governador Gonçalo Vaz Coutinho de 8-8-1592, a propósito de especulação sobre os preços do cereal, surge-nos evidente não ter sido rara a situação de confronto entre poderes, pessoas e grupos locais mais poderosos, em razão de interesses e conveniências particulares, compreendendo-se melhor que D. Antão de Almada, na também já citada carta de 25-8-1767, tivesse escrito que os micaelenses «... andavão tão desunidos huns com os outros, que os mesmos parentes se não falavão ...», depois de em 12 de Abril do mesmo ano haver manifestado preocupação pelas «... intrigas particulares [de] huñs contra os outros (...) em continuadas representações de queixas, e procedimentos estranhos ...», citando o exemplo do Juiz Contador da Alfândega, José Inácio de Albuquerque, «... que por odio e inimizade teve a atrevida rezulução (*sic*) de proceder a huma devasa (*sic*) de

descaminhos da Real Fazenda pellas obras q̄ por ordem de S. Mag.^e mandou fazer o Sñr Conde (...) no anno de 1762 (...), de q̄ tinha dado conta pella Secretaria de Est.^o e tido aprovação do seu procedim.^{to}»⁵¹.

Pela época em que o Governador Geral dos Açores manifestava as suas observações sobre o mau clima de relacionamento social em S. Miguel, Manuel Homem de Castro Noronha, Capitão-Mor de Angra, em carta datada de 6-11-1760, dirigida ao Governo do Reino, queixava-se da ociosidade e moléstias sociais dela derivadas que se vivia na Terceira, pedindo providências para «... o grande escandallo e perjuizos (*sic*) q̄ lavrão nesta cidade ...», devido a «... tantos vadios e ociosos, sem emprego, officio, ou applicação, modo de vida (...): perturbadores da republica e a todos escandalozos». Em substância, referia-se ao frequente latrocínio, por arrombamento ou chave falsa, de lojas, casas particulares e igrejas, nestas incidindo especialmente sobre «... as Alampadas de Pratta, Castissaes, Calix, e galhetas ...», por «... m.^{tos} de bacha (*sic*), e de alta coalidade, sem emprego nem modo de vida ...».

A coberto da noite, vadiagem arruaceira apedrejava as vidraças das casas, uma das quais a do próprio Capitão-Mor, e desacatava sob ameaça de armas proibidas por lei quem se recolhia.

Desta insegurança social e violência de costumes responsabilizava ele os «... m.^{tos} filhos segundos, q̄ fogem de caza dos Paes, e Irmams (*sic*) Primogenittos p.^a viverem sobre sy, e constrangerem-nos a rigorozos pleitos de alim.^{tos}, e cada hum fora do Patrio poder, com poucos annos»⁵².

A situação, aliás, já fora relatada em carta de 2 de Agosto, sensivelmente do mesmo teor, constando também de uma relação sobre os filhos primogénitos, não órfãos de pai, das 21 Casas principais da nobreza da Ilha Terceira que, de maior idade, no entanto se eximiam a servir no exército, acentuando o Capitão-Mor que:

«Além dos referidos há immensidade de vadios, que uzão andarem vestidos de Estudantes, sem versarem aulas, nem estudos a fim de não serem alistados nas Ordenanças nem matriculados por soldados no Castello, tem por officio de jogar, e vadiar, ...».

Não deixa de ser significativo que entre os malandrins venham expressamente citados dois filhos do próprio Capitão-Mor — Jerónimo de Castro de Noronha e Francisco Homem de Noronha — e dois irmãos de Mateus João de Bettencourt, Provedor dos Resíduos, respectivamente Luís e Joaquim de Bettencourt⁵³.

Delinquência semelhante à que se verificava em Angra era denunciada como preocupante também em Ponta Delgada, mormente

por homicídio, não só pelo «... grande numero de mortes, que se tem cometido nesta Ilha há poucos annos, e diariamente se estão cometendo (...), sendo poucos os Nascionaës (*sic*) que não uzão de facas prohibidas; ...», como também pela frequente impunidade dos malfeitores, não necessariamente das camadas inferiores da população, «... seguros que não experimentarão castigo, pois que as pessoas poderosas tem por vangloria proteger semelhantes malevolos, p.^a que não sintão os effeitos da Justiça; ...»⁵⁴.

Era nestes termos que o Cônsul inglês em S. Miguel, George Kent, «... homem de negocio de nasão Britanica, morador ao canto da rua do Porto ...» em 1776⁵⁵ — Rua da Alfândega — e os «Moradores Britanicos da Ilha de S. Miguel» dirigiam um Memorial a D. Henrique Frankland, Cônsul Geral em Lisboa, a propósito do assassinato à facada em 7-11-1762 do Vice-cônsul Patrício Brown, crime cometido por André Manuel Teles, filho do conhecido entalhador André de Fontes, com a cumplicidade de Sebastião Soares, filho de Cristóvão Soares Dutra, à porta da casa da vítima que, a chamamento deles, com quem tinha relações amistosas, aí descera.

Enquanto se faziam inquérito e pronúncia por homicídio, o assassino refugiara-se em Santa Maria, «... favorecido do Capitão mór della, e embarcado por consentimento do Governador desta dita Ilha de S. Miguel ...»; o cúmplice, obtivera asilo na Misericórdia de Ponta Delgada, «... protegido e favorecido de alguns Directores da dita Santa Casa». Por isso, em petição dirigida a D. José, George Kent solicitava fossem ordenadas as respectivas prisões «... a quem tem ao seu cargo o governo das ditas Ilhas, ou nas partes onde forem achados os delinquentes ...», mesmo que se encontrassem em lugar com imunidade eclesiástica, para segurança e tranquilidade dos súbditos britânicos numa terra «... aonde frequentemente são favorecidos semelhantes delinquentes por pessoas poderosas de suas amizades, e contemplações q̄ universal^{te}.^{te} se pratica (*sic*) nesta terra, havendo nella exemplos de muitos crimes comittidos (*sic*) sem castigo, nem prizão; de q̄ resultam semelhantes atrevimentos: ...» (Doc. 1).

O Cônsul Geral, por sua vez, fazia chegar ao Secretário de Estado esta petição do seu subordinado, sublinhando que «... obsta para a prizão, e castigo dos delinquentes, os assylos (*sic*) q̄ tem procurado em lugares privilegiados, e na protecção de pessoas poderosas»⁵⁶.

Em 7-12-1762, na sequência da queixa apresentada, o Juiz de Fora e Órfãos de Ponta Delgada, servindo interinamente de Corregedor em

todas as ilhas, ordenara ao Alcaide, por mandado seu e a pedido de George Kent, fizesse prender os acusados ⁵⁷.

A pequenez territorial e o acentuado isolamento insulano em que a maior parte das populações vivia, facilitava audaciosas impunidades, em função dos respectivos quadros sociais de referência.

Estas são também realidades sociais que conformaram a vida açoreana, fórmulas de marginalização diferentes de outras, geral e mais frequentemente proclamadas como públicas virtudes, no sentido mais comum do termo — ascese mística de pessoas excepcionais, por exemplo — vistas à luz do mesmo critério de longa duração com que abordamos a continuidade dos factos demográficos e económicos, num modelo de sociedade em que importa não perder de vista a presença britânica, passando a tomar como referente a Ilha de S. Miguel.

Na sociedade açoreana a propriedade de terras dava distinção à riqueza monetária e esta serviu para redourar foros de nobreza, reais ou assumidos, em crise de rendimentos. Não admira, pois, que os mercadores britânicos estabelecidos nas ilhas, como os de outras nacionalidades, se tivessem comportado como os naturais, investindo na aquisição de bens imobiliários. O já conhecido Matheus Godin vende em 1664 ao Padre João Álvares da Cruz, da Vila da Lagoa, 4 alqueires, 3 quartas e 20 varas de terra lavradia que possuía próximo daquela vila ⁵⁸. Jaques Neumão (originariamente Newmans), no ano seguinte adquire 5 quartas e 14 varas de vinha ⁵⁹. Também o já citado Guilherme Chamberlim obteve de outro eclesiástico, o Padre Francisco de Andrade Albuquerque, em 1666, o aforamento de um moio de trigo de foro ⁶⁰. João Stone, cujo apelido aportuguesado também surge com a grafia Estõ, adquiriu à Confraria do Santíssimo da Igreja Matriz de Ponta Delgada, em 1687, por troca de seis moios de renda, uma casa sobradada e telhada situada ao canto em cima da Rua do Valverde, do lado nascente (Rua Manuel Inácio Correia) ⁶¹. Tomás Hickling, filho de pais ingleses emigrados na América, foi senhor de importante casa comercial na cidade micaelense, ligada à exportação de laranja, armador e abastado proprietário de bens rústicos e urbanos. Nascido em Boston em 1745, fixou-se em S. Miguel em 1769, onde faleceu de proecta idade a 31-8-1834, estando sepultado no Cemitério Britânico de Ponta Delgada. Foi tronco de família cujo apelido perdura em S. Miguel, aliado a Anglin e também a patronímicos portugueses.

Introdutor do gosto pelos grandes jardins paisagísticos, que iniciou na sua propriedade do Vale das Furnas, origem do actual Parque Terra Nostra, onde um busto de bronze lhe recorda a existência, é admissível

que também se lhe deva um certo sabor georgiano que algumas casas edificadas em Ponta Delgada no século XIX apresentam, depois que fez construir residência fronteira à Igreja Paroquial de S. Pedro, contemporaneamente adaptada a Hotel.

Para o século XIX, as listas de casamentos, baptizados e óbitos da Igreja episcopal protestante permitem conhecer um aumento de britânicos na ilha. Agora, a par de comerciantes ligados à exportação de laranja e à importação dos mais variados produtos, há outras profissões, designadamente médicos, sacerdotes, hoteleiros, professores, jardineiros e até um pintor, Charles Martin, que aqui permaneceu alguns anos na primeira metade do século. Dele, para além de orientador dos primeiros estudos artísticos do pintor micalense Marciano Henriques da Silva (1831-1873), tem-se notícia de um retrato a óleo de Maria Guilhermina Brum do Canto, mulher do rico proprietário José do Canto (Doc. 6).

Jornais da época, correspondência de negócios, relações de despesas com edificações, cartas pessoais, entre outra documentação, permitem confirmar a variedade de situações.

Em 1865, em carta a José do Canto, seu irmão Ernesto contava-lhe que:

«O seu Alexandre Reith [jardineiro inglês de José do Canto] casou com uma creada inglesa do Jacinto Gil [Jacinto Fernandes Gil, rico proprietário, exportador de laranja e homem de negócio feito Visconde do Porto Formoso] no principio deste mez [Dezembro]; ela ja tinha embarcado no Mercurio para se ir embora p.^a Inglaterra mas desembarcaram em Villa Franca emq.^{to} o navio carregava e o Alexandre foi la busca-la na sua sege»⁶².

Na correspondência de familiares e amigos, grande parte era preenchida com os pequenos-grandes casos de um quotidiano baço de episódios. Um deles, relatado pelo padrasto da mulher de José do Canto referia-se a uma inglesa contratada como preceptora:

«A Mestra do Barão não gosta da caza, nem da Ilha, por isso supponho, que qualquer dia torna pelo mesmo caminho p.^a Londres. Ella m.^{mo} não não (*sic*) é grande Mestra, sendo das piores, que tem vindo, e tendo já dito á Baroneza e Barão couzas m.^{to} desagradaveis, alem disto é m.^{to} doente de Rheumatismo, dizendo q̄. se soubesse q̄. a Ilha era humida nunca ca tinha vindo, ...»⁶³.

Em 13-2-1875, Eduardo Tomás Dulan anunciava a venda da casa n.^o 59 da Rua da Alegria⁶⁴ e em 12 de Abril do ano seguinte outro tanto fazia relativamente ao quintal, granel e forno de cal que possuía

ao canto em baixo da Rua da Vila Nova (Rua Dr. João Francisco Cabral), e a outra sua casa em frente da Calheta ⁶⁵.

Dulan, que foi retratado a óleo pelo pintor italiano Giorgio Marini, que aqui viveu com certa demora, tinha estabelecimento de ferragens na Rua dos Mercadores n.ºs 13-19 ⁶⁶. Sua filha, Maria Inês Dulan, de quem Marciano Henriques, da segunda geração romântica portuguesa, pintou o retrato em 1871, participante em 27-4-1875 num concerto promovido em Lisboa pela cantora Sass, a que assistiu a Família Real, mereceu públicos elogios na imprensa da capital pelos seus méritos vocais ⁶⁷.



MARCIANO HENRIQUES DA SILVA (1831-1873). RETRATO DA SENHORA DULAN. 1871. ÓLEO SOBRE TELA, 0,77 x 0,65 cm. MUSEU CARLOS MACHADO, PONTA DELGADA. FOTOGRAFIA DE CARLOS MENDONÇA.

Na segunda metade do século passado, quem em Ponta Delgada quisesse adquirir sementes de hortaliças inglesas e beterraba para gado ⁶⁹, encontrá-las-ia no Armazém de Georges Hayes, na dita Rua dos Mercadores, onde também se poderia obter cevada a 240 réis o quilo ⁶⁹, queijos flamengos londrinos e uma grande variedade de vinhos ⁷⁰.

Os amantes da música estariam servidos com piano Collard and Collard se em Maio ou Setembro de 1875 se dirigissem à Rua do «Perú direito n.º 6» ⁷¹ ou então à Redacção do jornal *A Persuasão*, que aí informava de «um horizontal de sete oitavas, muito bom, e com pouco uso» ⁷².

Georges Hayes, 1.º do nome, para além de armazenista, era em 1875 um dos administradores, conjuntamente com Bensaúde e C.^a — José Bensaúde, da Caixa filial do Banco Lisboa e Açores em Ponta Delgada ⁷³.

Nascido em Manchester, casado com Margaret Henderson, natural de Londres, em 3-10-1857, foi o primeiro deste apelido que se fixou em S. Miguel, onde lhe nasceram os seus oito filhos, baptizados na capela britânica da cidade pelos capelães que ao tempo nela serviam ao culto — William Hold Brant; James Colby; L. H. Tugwell —, à excepção de Henry Alfred, nascido em 6-8-1868, que por ausência do capelão, recebeu o baptismo do Reverendo E. S. Powles, da Marinha Real, ocasionalmente em Ponta Delgada; e de Frederic Charles, vindo ao mundo em 19-1-1875, que teve de esperar mais de dois anos para entrar no seio da igreja protestante, através do Reverendo William Bramley-Moore ⁷⁴.

Na Rua da Graça n.º 17, ao Largo de Camões, morava Thomas Eduardo Ivens, que em 1876 anunciava o arrendamento dos baixos da sua residência «para deposito ou para cereais» ⁷⁵, o qual cerca de dois antes prometera alvízaras a quem ali fosse entregar uma pulseira de camafeus, perdida à saída do antigo Teatro Micaelense ⁷⁶. Segundo os irmãos Bullar, ele era «... um dos principais e dos mais respeitáveis comerciantes em S. Miguel», que como outros tinha agente em Londres ⁷⁷.

Instalaram-se aqueles visitantes, os Bullar, em Ponta Delgada, na hospedaria de um inglês chamado Mason. Ao tempo (1838), ainda não existia na cidade o Hotel Brown, montado no solar dos Bicudos por George Brown, o qual teve como última proprietária sua filha Sophy Brown, falecida solteira em 1942.



SOLAR DOS BICUDOS, ONDE ESTEVE INSTALADO O HOTEL BROWN, EM PONTA DELGADA
FOTOGRAFIA DE CARLOS MENDONÇA

Também na Horta, o Fayal Hotel reclamava-se em 1874 como «Hospedaria inglesa bem conhecida e acreditada ha muitos annos (...) pelo bom tractamento e qualidade que offerece»⁷⁸.

Recentemente chegado a Ponta Delgada, anunciava-se em 27-10-1875 que «Mr. Bayly, is prepared to give lessour (*sic*) in English at the school of Padre Amorim, or privately if preferred», na Rua de S. Gonçalo⁷⁹, anúncio posteriormente repetido em português com pequenas variantes de formulário, passando a concorrer com João Scholtz, micaelense de origem alemã, que em sua casa, na antiga 1.^a Rua do Conde n.º 21 — Rua Aristides Moreira da Mota — ou nas residências dos interessados, se dispunha a leccionar aquela língua⁸⁰. Para melhor competir com o recém-chegado, os anúncios de Scholtz passaram a especificar ser ele «... perfeito conhecedor das línguas inglesa como da portugueza», salientando também que «... sempre grato aos numerosos favores que tem recebido do publico em geral ...», mas «... carecendo ainda de ser protegido ...», leccionaria os alunos «... d'ambos os sexos e de todas as idades ...»⁸¹.

Embora no comércio de loja dominassem os britânicos no século XIX, os logistas micaelenses, por sua vez, esforçavam-se por captar a

atenção do público para os sortimentos estrangeiros que podiam oferecer, e que, na maior parte, se diziam importados de Inglaterra.

Na Rua Direita de S. João n.º 41, ao voltar a esquina da antiga Rua do Garcia (que também foi do Frade e hoje se chama Hintze Ribeiro), a Tabacaria União vendia «o acreditado picado ingles Golden-leaf e Bird's esp., ...»⁸² e ainda «Spring Flowers, Returns, Virginia Belle, The Right thing, Mors Roze, Neptune [e] Anchor ...»⁸³, enquanto a «Loja de Tabacos de Pereira Baptista», no Largo da Matriz 46-47, vendia Birdseye e Virginia, em pacotes de 2 e 4 onças, respectivamente aos preços de 300 e 600 réis⁸⁴.

Na mesma Tabacaria União podia obter-se igualmente um variado sortido de sabonetes ingleses, inclusive, embalados para oferta⁸⁵.

Novidade era o produto britânico para arear facas, que José Maria Aguiar recebera e punha à disposição do público⁸⁶, enquanto João José do Rego, no seu armazém ao canto em baixo da Rua de Santa Ana, dispunha de «generos frescos vindos ultimamente de Inglaterra», ou seja, queijos flamengos, açúcar de basca, arroz e bacalhau da Terra Nova e da Noruega⁸⁷, este último produto, recebido da mesma proveniência, à venda também na loja de «Tavares e Irmão», Rua de S. João de Deus n.º 10 (Comendador António Nunes da Silva)⁸⁸.

Da variedade dos produtos então importados por S. Miguel, o documento n.º 7 permite uma interessante visão de conjunto para meados do século XIX.

*

O Vale das Furnas, que já tinha atraído no século XVIII o anglo-americano Tomás Hickling, tornado estância de veraneio de famílias ricas micalenses, foi local igualmente preferido por alguns súbditos britânicos. Em 1875 aí falecia no seu «... extenso e belo predio (...), onde ha tempos estava em companhia de sua distincta familia ...» e escrevia um livro sobre doenças do ouvido, o médico desta especialidade Dr. James Hinton⁸⁹. No ano anterior sucumbira na Ilha das Flores outro médico, o Dr. James Machay, ali residente há 52 anos⁹⁰. Nesse mesmo ano, porém, um acontecimento apontado como sinal de estreitamento à terra fora o nascimento em 20 de Outubro, no prédio da Lagoa das Furnas denominado Grená, onde residia Chetwood Poingle, de um filho seu, o primeiro, salientava-se, de origem britânica ali verificado⁹¹.

Era então cônsul na ilha Eduardo Smallwood, que em 12 de Dezembro fazia as suas despedidas por ter sido transferido para um consulado na Itália⁹², realizando-se no dia 3-2-1875, em casa de Benjamim Chaves, na Rua João do Rego, a partir das 11 horas, «o leilão de mobília e mais trem de casa ...»⁹³.

O chamado prédio Grená abrangia residência, jardim e terrenos de cultivo com laranjais. Foi propriedade do Cônsul Samuel Vines, casado com Catharine Mary Vines, empregando regulamente alguns trabalhadores rurais contratados à jornada (Docs. 8 e 9).

Erguida numa das margens da poética Lagoa, a casa compunha-se de três salas — uma ampla de visitas; outra mais pequena servindo de escritório; e a de jantar — além de seis quartos de cama, cozinha, despensa, quarto de engomar, falsa e dois corredores, um em cada piso, comunicantes por escada atapetada.

Os trastes que mobilavam as diferentes dependências dão conta do teor de vida dos proprietários, revelando ao mesmo tempo a transposição, para os Açores da segunda metade do século XIX, de um quadro britânico de vida doméstica, sem luxos mas confortável.

Nas salas, conforme o fim a que se destinavam, canapés, cadeiras e cadeirões de braços, de mogno e giesteira, bancas, mesas e mesas de jogo, livraria, aparador e guarda-louças, guarda-fogos, relógio, castiçais de vidro, lampiões, tapetes, gravuras decorativas nas paredes, e a inevitável «caixinha para chá» com suas bandejas.

O piano era instrumento indispensável, como hoje o aparelho de TV e outros áudio-visuais, estes, porém, bastante mais popularizados.

Nos quartos, cama alta de mogno ou barras de ferro com cortinas, guarda-roupa, toalheiro, banheira, lavatório e demais apetrechos (Doc. 10).

A família Vines, aliás como outros seus compatriotas, teve estreitos contactos de negócios, para além dos de cortesia, com José do Canto, filho do Morgado José Caetano de Medeiros, apoiante da causa liberal em S. Miguel, em cuja residência de Ponta Delgada, na rua que hoje tem o nome de seu filho Ernesto do Canto, residiu o Duque de Bragança, quando pelos Açores andou em defesa dos direitos de sua filha, que foi a Rainha D. Maria II.

Do arquivo particular de José do Canto, em correspondência de 1870-1871, extraem-se algumas interessantes notícias sobre aquelas relações de negócios, e também sobre o itinerário subsequente do prédio Grená.

Em 29-7-1870 Catharine Vines assinava recibo de 368\$885 réis, saldo da conta encerrada em 15 daquele mês pelo procurador de José do Canto ⁹⁴, deduzidas as despesas pagas em Abril aos jornaleiros que plantaram amieiros em Grená, a contribuição predial e adicionais de 1869 no Concelho da Povoação, no valor de 13\$510 réis, os foros devidos por Samuel Vines à Misericórdia da Vila da Ribeira Grande de 1868 a 1869, e outras, segundo relação assinada por José do Canto.

Como receita, para além do saldo de 5\$060 réis resultante das contas encerradas em 31-12-1869, mais 212\$000 réis, entregues pelo Padre César Augusto Ferreira Cabido, do capital de 200\$000 réis emprestados por escritura de 21-12-1868, acompanhados dos juros vencidos desde 21 de Dezembro do ano seguinte até 21-6-1870, à razão de 12% ⁹⁵.

Nos negócios daquele antigo Cônsul o empréstimo a juro constituía uma das receitas, como se prova de outro recibo, datado de Londres de 15-1-1870 e assinado pela esposa, em que acusa a recepção de 54 libras esterlinas, 12 shilings e 3 dinheiros pagos por Manuel Teófilo Augusto Ferreira, da Ribeira Grande (Doc. 11).

Na mesma data, em carta de resposta a José do Canto, Catharine Vines anunciava-lhe o envio de procuração para tratar da dívida de Bernardo Manuel Raposo de Amaral, agradecendo ao mesmo tempo «... for your very kind care of our interests ...», com o pedido de desculpas «... for having occasioned you so much trouble ...», esperançado, porém, o casal, «... that you will continue to do the best for us» (Doc. 12).

Os anunciados documentos foram remetidos ao cuidado do Cônsul Britânico nos Açores, Edmund Monson, o qual os fez chegar às mãos de José do Canto, juntamente com a tradução da procuração com plenos poderes, de que a senhora Vines encarregara o Vice-Cônsul John Read ⁹⁶, membro de uma das dinastias de ingleses radicados nos Açores, iniciada por William Harding Read, nascido em Portsmouth em 1774 e falecido em S. Miguel no ano de 1839, tendo aqui sido Cônsul Geral para os Açores durante mais de três décadas ⁹⁷.

Nas relações de José do Canto com a família Vines e com o Cônsul Monson, algumas sombras haveriam de pairar por causa da propriedade Grená, que em 1870 foi vendida ao médico James Hinton, onde viria a falecer poucos anos depois, como atrás se registou, aquisição para a qual o diplomata recebera plenos poderes. Palavras e atitudes suscitaram susceptibilidades, porventura por deficiente entendimento,



AUTOR DESCONHECIDO. RETRATO DE WILLIAM HARDING READ. PRINCIPIOS DO SÉCULO XIX.
ÓLEO SOBRE TELA, 0,25 x 0,20 cm. COLEÇÃO PARTICULAR. FOTOGRAFIA DE CARLOS MENDONÇA

decorrendo daí alguma correspondência entre Catharine Vines e Edmund Monson com José do Canto em 17-10-1870 (Docs. 13 e 14).

Entretanto, no antecedente mês de Agosto, José do Canto fizera entrega à senhora Vines de uma embarcação com seus apetrechos, utilizada para recreio na lagoa (Doc. 15), e em 8-3-1871, através do seu procurador em S. Miguel, pagou-lhe 90\$000 réis de «... renda de seis

mezes ultimos ...» da casa de Grená, que a credora refere como vendida ao médico londrino James Hinton na data em que passava o recibo ⁹⁸.

Mas a intervenção de britânicos na vida açoreana não se pautou apenas por relações de negócios, tão pouco se circunscreveu a contactos de mera convivência social de estrangeiros estabelecidos com maior ou menor permanência, ocasionalmente perturbada por incidentes cuja gravidade variou de intensidade.

Alguns houve, desde épocas recuadas, que se aliaram matrimonialmente a famílias locais, frequentemente com prestígio social.

Rolando Jaques, outro dos mercadores ingleses da praça de Ponta Delgada, era casado com Maria de Sousa, que uma sua tia, moradora na Rua Nova (António José de Almeida), dotou por escritura de 19-6-1639 ⁹⁹. Também os já nossos conhecidos Guilherme Chamberlim e João Stone. O primeiro, com Isabel do Quental Coutinho e Sousa; o segundo, com Maria Osória, de cujo matrimónio se conhece uma filha, Mariana da Anunciação, a quem o pai dotou com 300\$000 réis para professar no Convento de S. João, assinando escritura em 20-6-1686 ¹⁰⁰. Por sua vez o capitão Francisco Costa era casado com Maria Neumão, aforando o casal em 18-2-1659, ao capitão Francisco Rodovalho, uma casa que possuíam na Rua da Misericórdia ¹⁰¹.

Se destas mais antigas fusões se perdeu o rasto de representação na vida familiar e social açoreana, de outras de mais fresca data, todavia, persistem patronímicos nos nossos dias — Hickling, Anglin, Read, Riley, Fisher, Ivens, Hayes — exemplos mais conhecidos.

*

Depois que a paisagem açoreana se tornou definitivamente cerealiífera, o produtor, disse-se, não deixou de alargar a produção agrícola a outros géneros, um dos quais foi a laranjeira.

De S. Miguel, a primeira exportação de laranja de que temos notícia realizou-se em 1751 para o porto irlandês de Cork, com a insignificância de 3 ¹/₃ caixas grandes, ao preço de 900 réis cada, crescendo, porém, espectacularmente no decurso da meia centúria seguinte, com o ano de 1791 a registar o maior volume de 22.058 caixas que, ao mesmo preço, correspondeu a um total de 19.852\$200 réis ¹⁰².

Entrado o século XIX, logo em 1802 ascende a 39.738 caixas grandes, podendo considerar-se globalmente em período de prosperidade ao longo do primeiro terço do século, atingindo 71.826

caixas grandes em 1825, com o rendimento, ao dito preço, de 64.643\$000 réis. É certo que as quantidades exportadas não se mantiveram uniformes, havendo em alguns anos depressões mais ou menos significativas como, para o século XVIII, nos anos de 1793 e 1797, respectivamente com 6.357 e 6.909 caixas, e no período indicado do século XIX, nos de 1803 (15.100); 1805 (7.408); 1806 (15.547) e 1807 (13.484), quando a média anual nos primeiros vinte anos se pode fixar um pouco acima das 25.000 caixas, mas com 47.796, 36.721, 40.217, entre 1822 e 1824 e, após o ano flecha, contando-se de 1826 a 1829, respectivamente 58.822, 58.243, 40.710 e 34.789 ¹⁰³.

Dos destinos desta exportação, foi também a Grã-Bretanha o mercado preferenciado, absorvendo, só em 1820, 46.824 das 51.629 caixas saídas, número muito superior aos dos restantes consumidores, a saber: S. Petersburgo, 2.102; portos do Báltico, 747; Havre, 67; Hamburgo, 556; Amesterdão, 300; Nova Escócia, 233 e Nova Iorque, 800.

Entre os exportadores desse ano, o maior número são cidadãos ingleses residentes em Ponta Delgada: Guilherme Harding Read (4.990); Ivens e Burnett (11.057); Brander (6.571); o médico John Nesbitt, morador na casa que edificou no Largo de Camões, e que depois passou para a família Tavares Neto, (6.317); Diogo Cokburn (2.390); Thomaz Hickling (5.632) e Diogo Leslie (146). Afora estes, em que incluímos Hickling, então já de nacionalidade americana, um micalense, dos mais abastados proprietários e negociantes, Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, mais tarde Barão de Fonte Bela, pelo apoio à causa liberal, com 10.204 caixas, e finalmente João Carlos Scholtz, de origem alemã, com 948 ¹⁰⁴.

Trinta anos decorridos, ou seja, em 1860-1861, segundo o «Relatório da Companhia Exportadora Michaelense», os quatro principais mercados britânicos tinham importado «500 mil volumes» de laranja, tendo subido «... cerca d'um milhão (...) em 1872-73 ...». Mas para esse substancial crescimento não se poderia considerar que os produtores e exportadores micalenses tivessem contribuído, porquanto, se de 1861 a 1865 a média de laranja da ilha fora de 239.317 caixas grandes, 12 anos depois, isto é, de 1872 a 1873 mantivera-se praticamente estacionária, pois que se situava em 252.351 ¹⁰⁵.

Aqueles mercados ingleses eram Bristol, Londres, Liverpool e Hull, que de Novembro a Dezembro de 1874, para além de tangerinas, ananazes e bananas, haviam recebido um total de 51.974 ³/₄ caixas de laranja, no valor de 100.180\$228 réis ¹⁰⁶, situando-se a exportação no fim de Dezembro de 1875 em 86.244 ⁵/₆ caixas grandes, rendendo

168.720\$721 réis, a que cresciam 263 malotes de tangerina (157\$640 réis), 4.927 ananazes (5.932\$000 réis) e 20 cachos de banana (78\$650 réis)¹⁰⁷, quantitativos que em 31 de Janeiro do ano imediato ascendiam a 185.441 ⁵/₆ caixas grandes de laranja, 1950 malotes de tangerina, 3.990 ananazes e 524 cachos de banana¹⁰⁸.

Considerando-se o mercado inglês praticamente o único para a colocação da laranja micalense, eram vistos com preocupação o nível quase estacionário das quantidades exportadas e a flutuação de preços, frequentemente abaixo da rendibilidade desejada, tanto quanto a concorrência dos produtores valencianos, que vinham dando mostras de mais atilado sentido das regras do mercado, do que era prova o facto de a sua exportação ter passado de 163.283 volumes, no período entre 1861 a 1865, para 431.628 no triénio de 1870-1873¹⁰⁹, informando McAndrew and Son, agente em Londres de José do Canto, que em 12-6-1861 a laranja de Valência «are now fetching good prices; 1000 boxes have been sold today at 25/-to 30 ...» (Docs. 16-24).

Não havia dúvidas de que «... a guerra com os carregadores da Hespanha continuará ...», informavam os agentes de José do Canto em Londres, Bruno Silva e F.º, em carta de 8-1-1866, traduzindo-se em declínio de preço, com menos capacidade de suporte dos micalenses, porque o seu frete era maior¹¹⁰. Efectivamente, os mesmos comunicavam em 28 de Março seguinte que houvera «... queda em todos os mercados ...», pelo que «... o valor da primeira classificação declinou para 20^s/- e 22^s/- e em alguns casos a menos ainda ...». Para isso contribuíra a recente chegada de Valência de «... uma carga de 4500 caixas ...», estando «... outras 3 (...) à porta».

A flutuação dos preços com tendência para baixa parece ter sido dominante no decurso da segunda metade do século XIX. Se em Outubro de 1858, de 6 cargas chegadas a Londres metade pôde ser vendida «... a 33/-segundas e 40/- a 44/-primeiras»¹¹¹, de 1864 a 1880 são numerosas as informações sobre maus preços, raramente se cotando em Londres, por exemplo, entre 27/- e 28/-, frequentemente caindo pára 21/- e 22/-; 20/- e 21/- e menos ainda¹¹². Excepção foi a venda do «... resto d'uma carga de laranja da Ilha a preços variando entre 32^s/- e 38^s/- pela 2^a qualidade» no mercado londrino no fim de Fevereiro se 1866¹¹³. Quando os preços se situavam entre 23/- e 26/-shilings para a 1^a e 2^a qualidades, consideravam-nos regulares¹¹⁴, dizendo-se «deploráveis a respeito de laranja, e não satisfatórios de todo os de ananazes em Março de 1876»¹¹⁵, continuando as notícias a serem

más em Abril ¹¹⁶, depois de o preço ter sido «... tão baixo como não ha memoria» cerca do Natal de 1875 ¹¹⁷.

Não era, no entanto, a concorrência valenciana a causa única das dificuldades dos plantadores e exportadores micaelenses. Factores por igual nocivos, para além do custo do frete já apontado, eram as demoras no carregamento e transporte, quer por via dos temporais quer por irregularidade dos navios fruteiros ¹¹⁸. Mas também, e não de menor monta, a deficiente embalagem das cargas e, acima de tudo, a má qualidade de parte da fruta, ou porque produzida em terrenos inadequados e sem os cuidados devidos, não colhida na altura própria ou não seleccionada da que caía. Estas eram deficiências de que poucos produtores estavam isentos, porque interessados no maior lucro imediato, optavam pela quantidade em prejuízo da qualidade, o que, afinal, redundava em seu desfavor. Assim, não era raro a fruta micaelense chegar em parte apodrecida. Em carta de Londres para José do Canto, a residir em Paris (Auteil), datada de 10-2-1866, Bruno Silva e F.^o, ao mesmo tempo que dava conta da ausência de fruta de S. Miguel durante dois dias, quando de outras proveniências era pouca, informava que da que no dia anterior chegara no navio Merry Hart pouca era sã, o mesmo devendo verificar-se, certamente, com muita «ainda a bordo de 4 navios surtos no Tamisa ...». Em Março seguinte referiam situação semelhante a propósito do carregamento do navio Rebeca, cuja fruta, «... tão apodrecida (...) a vendemos e só deu 13/6 ...», acrescentando, relativamente a 3 outras caixas, que se a laranja estivesse «... no estado que se deseja ...» a fariam «... distribuir entre alguns dos nossos principais compradores ...», pedindo-lhes opinião sobre a qualidade. Na mesma carta, após informar sobre a baixa de preços, afirma estar convencido de que as cargas atrasadas «... já se sabe veem em mau estado ...» ¹¹⁹. De resto, em carta anterior, mas do mesmo mês, 24 de Março de 1866, fazia saber que tendo os navios chegado por aqueles dias, «mais rapidamente que desejavamos ...», de novo obrigando à baixa de preços em todos os mercados ingleses, «... o peor (*sic*) é que muitos delles entregam suas cargas em estado de muita podridão» ¹²⁰.

Em todo o caso, a despeito das dificuldades e inconvenientes, o valor da laranja exportada era superior, pelo menos entre 1846 e 31-12-1851, ao dos demais produtos, nomeadamente ao do cereal ¹²¹. José do Canto, por exemplo, pelas 2.720 caixas grandes colocadas em Londres de 1859 a 1860, liquidava £ 1591.4.8, ou seja, o equivalente a 8.910\$905 réis ¹²²; (Docs. 25 e 26).

Convicção antiga em S. Miguel, era a de que a prosperidade da Ilha dependeria da construção de um molhe que protegesse a navegação dos ventos e fortes temporais que regularmente a assolavam. Remontava ela ao século XVI, ao tempo em que reinava D. João III.

Daí para cá, e até ao século XVIII, o sítio julgado aconselhável tinha sido o ilhéu fronteiro a Vila Franca do Campo. No século passado, no entanto, as atenções recaíram definitivamente no porto de Ponta Delgada onde, depois de vários estudos e projectos, se fizera construir a pequena doca do areal de S. Francisco, junto ao castelo de S. Brás.

Arruinada pelo grande temporal de Dezembro de 1839, com um novo projecto do Tenente de Engenharia Francisco Maria Montano, de 19-12-1849, pretendeu-se reparar a construção anteriormente planeada pelo Capitão Engenheiro Caetano Alberto Maia.

Não seria este, todavia, o plano executado. Em contrapartida, ouvida a Comissão que por Lei de 27-7-1850 e Decreto de 26 de Outubro seguinte fora encarregada de administrar a conclusão da arruinada doca de S. Francisco, a Rainha D. Maria II autorizava em 26-1-1852 aquela Comissão a escolher um engenheiro estrangeiro para elaborar um «Projecto completo para a obra da Doca», o qual, no entanto, só poderia ser executado depois de aprovado e autorizado pelo Governo, através do Ministério do Reino, correndo as despesas pelo imposto estabelecido na citada Lei ¹²³.

O engenheiro escolhido foi o inglês Tucker, cujo plano, depois de estudos que realizou localmente, recebeu parecer favorável do Relator do Conselho de Obras Públicas em 1856, «com leves alterações», tendo sido orçada «a despesa pelo menos em 700 contos ...» ¹²⁴.

Tucker que, repete-se, estudara «... a questão technica sobre os proprios logares ...», afinal não receberia o encargo. Em seu lugar, outro inglês, Sir John Rennie, contactado por iniciativa de José do Canto, aceitaria «tomar a direcção dos trabalhos da Doca (*sic*) ...», que em seu entender deveriam começar «... ja p.^a a prox.^a primavera de 1861» ¹²⁵.

A confirmação da escolha, todavia, não foi pacífica, por resistência governamental, nomeadamente do então Conde de Ávila, Ministro da Fazenda, por sinal açoreano natural do Faial.

«Uma das grandes objecções contra a nomeação dos Engenheiros Estrangeiros era que ou erão de primeira plana, e n'esse caso exigião mundos e fundos, como acontecêra a Rennie (...) ou então erão charlatães, que nada sabião do seu officio (...). Parece pois que se reconhecia a competencia scientifica de Rennie e outros eguaes, e que sómente se punhão de parte pelas suas exorbitantes exigencias».

Estas eram confidências que José do Canto escrevia a um seu amigo em 10-11-1860 ¹²⁶.

Em contactos directos com o próprio, em Londres e Paris, pela observação cuidadosa de documentos que Rennie possuía referente às acusações que lhe eram feitas a propósito de trabalhos realizados em Portugal em 1857, José do Canto conclui «... que aquelle Engenheiro era alvo de muitas calumnias, propaladas com insigne má fé, com consentimento dos próprios que tinham obrigação de saberem a verdade», alusão visando alguns que então, como na altura, eram ministros, em carta a seu irmão Ernesto do Canto, datada de Lisboa de 14-2-1861.

Senhor destes dados, em entrevistas sucessivas com o Conde de Ávila, Visconde da Luz e outros, foi possível vencer os obstáculos à contratação de Sir John Rennie, do que José do Canto dava notícia para Londres a J. F. Parkin Scholtz em 26-4-1861, o qual, em resposta ao conterrâneo, logo a 29 seguinte remetia uma «Relação ou lista dos materiais, Ferramentas e Equipamentos (...) para começar o projectado porto de Ponta Delgada na Ilha de St. Miguel», que começava por uma locomotiva com cilindro de 10 polegadas de diâmetro, 30 vagões de ferro com capacidade para 8 toneladas cada, 6 guindastes susceptíveis de carregar entre 7 e 10 toneladas de pedra, plataformas giratórias de ferro, 100 toneladas de carris de 80 libras por jarda, correntes, forjas, etc., etc. ¹²⁷.

Em Setembro daquele ano, na sua casa de Paris, José do Canto podia ler o que escrevera o padraсто de sua mulher:

«Chegarão finalm^{te} os Engenheiros (*sic*) Jonh (*sic*) Rennie e o seu Ajudante [referência a Plew] os quaes forão aqui recebidos com grande intusiasmo (*sic*), lançando-se ao âr no seu desembarque milhares de fogetes (*sic*), e a noite espontaneam.^{te} se illuminarão differentes cazas. Está destinado o dia 30 p.^a o dito Rennie lançar a pedra com toda a solemnidade e nesse m.^{mo} dia a Comissão dá um grande jantar aos ditos Engenheiros ...» ¹²⁸.

Por sua vez, em 18 de Outubro seguinte, Scholtz referia-lhe que:

«Sir John Rennie ficou m.^{to} satisfeito com o recebimento q. lhe derão na Ilha, assim como a Junta, (...) approvando as modificações q. elle fez no plano de Tucker.

Os Ministros tambem o receberão com m.^{to} agrado, tanto q. elle demora-se em Lisbôa p.^a falar com o Rey — passo este q. não deixei de aprovar p.^r assim acabarem-se com as intrigas — pois eles ainda continuação, como vi no «Morning Chronicle» de 12 do corr.^e nas

notícias de Portugal, dizendo-se q. Rennie tinha ido aos Açores porque o Governo Portugues não quiz ter contas com elle devido ao passado dele!»¹²⁹.

A primeira pedra foi lançada na data aprazada, não pelo Engenheiro director, mas pelo Governador Civil, Dr. Félix Borges Machado, igualmente Presidente da Junta Administrativa da obra da Doca. Algum tempo depois iniciaram-se os trabalhos.

A vê-los, acorria o «tout Ponta Delgada» e mesmo de fora da cidade. Notáveis e populares nos dias soalheiros iam apreciar com a mesma admiração basbaque o evoluir da construção, obra nunca vista de carros a deitar pedras ao mar, guindastes, estacas e paredão, de tal modo que até parecia estar-se em Londres, segundo expressão reverentemente ingénua do Dr. Agostinho Machado Faria e Maia, em carta à sua enteada Maria Guilhermina Taveira do Canto, datada de 26-11-1862¹³⁰.

No ano seguinte o mesmo informava para Paris àquela enteada e prima que a única novidade a quebrar a monotonia dos dias consistia na continuação dos trabalhos da doca «... em grande escala, ainda q̄ não tenha (*sic*) chegado os madeiros, q̄ esperão a todo o momento»¹³¹.

Um ano não era passado, e as notícias sobre o empreendimento eram menos satisfatórias porque, pelos rigores do inverno «... não poderão até ao principio do corr.^{te} proseguir (*sic*) com os lanços da nossa Doca, mas já até hoje se tem lançado 2, e vão agora com maior solidez deitando pedras d'um, e d'outro lado p.^a impedir o mar»¹³², o que não obviou a que o temporal de 18 para 19 de Março destruísse «... os ultimos 5 lanços», danificando também «... os 3 immediatos lançando p.^a a parte de dentro uma consideravel porção de Pedra», prejuízos estimados em «6 a 7 contos»¹³³. Em Maio daquele mesmo ano de 1864 os estragos, contudo, estavam «... quasi a ponto de ficarem remontados ...»¹³⁴, o que não deixava de significar, no entanto, atraso no desenvolvimento da construção e despesas suplementares, quando apenas estavam realizados 30 lanços dos mais fáceis.

Um novo ano foi decorrendo. «A nossa Doka (*sic*) por ora não tem soffrido dos temporaes e tem-se portado muito melhor que os invernos passados ...», tendo até podido acolher «... 4 e 5 navios e mesmo uma escuna ...»¹³⁵. Uma semana após a data desta notícia, porém, entre 21 e 24 de Dezembro de 1865, «... houve mar tão violento que levou a madeira toda e parte da parte superior da pedra, fazendo um estrago tão severo (...) que envolverá uma quantia muito acrescida para reparar o prejuízo»¹³⁶. Tal prejuízo andaria para uns na ordem dos 50 contos, ao passo que Rennie, minimizando-o, achava «... q̄ andaria por uns 8

contos em madeira de lances ...», considerando, ao mesmo tempo, que «... por outra parte se tinha ganho m.^{to} p.^o q̄ o mar alastrou a pedra, de modo q̄ se pouparão m.^{tos} braços q̄ seriam necess.^{os} p.^a a pôr no seu lugar»¹³⁷.

Mesmo antes destas destruições, apesar de ter «... havido alguns dias seguidos de se deitarem 1000 toneladas de pedra na nossa Doka (*sic*) ...», estava-se «... ainda muito longe das 2.500 que o Rennie ultimamente exigio», admitindo-se que seriam «... precizos muitos meses primeiro que tenhamos o material necessario para lançar aquella porção de pedra, e ha muito tempo devia elle ter dito aquillo, por que ja se teria preparado alguma coisa»¹³⁸.

O que tinham sido festejos, elogios e funções iniciais em honra de John Rennie, foram-se transmudando em descontentamento, desconfiança e censuras, extensivas ao engenheiro ajudante Plew, inclusivamente ao seu temperamento e atitudes, tidas por menos cortesias. A este, um dos morgados principais achava-o «... no fundo um pobre diabo facil de manear»¹³⁹. Quanto a Rennie, o mesmo morgado, José Jácome Correia, membro da Junta da Doca, já em 1864 o considerara irrealista, por um orçamento que o engenheiro enviara a Londres «... despido de todas as bases p.^o onde se possa fazer um juiso sobre a sua séria exactidão»¹⁴⁰.

Pouco mais tempo estaria Sir John Rennie à frente das obras da doca de Ponta Delgada na sua fase inicial, obra que sofreu vicissitudes de variada natureza, de modo que só na década de 40 deste nosso século seria dada por concluída, mas então sob orientação técnica de alemães, obrigados a abandonar a ilha, porém, devido às restrições impostas pelos primeiros tempos da II Guerra Mundial.

Nos últimos meses de 1866 o descontentamento contra o engenheiro inglês era indisfarçável e a ruptura estava à vista. De Londres admirava-se o agente de José do Canto de procedimentos que em S. Miguel lhe eram atribuídos, afirmando que o não viam «ha bastante tempo mas pelo que temos lido em alguns dos nossos papeis publicos o estado da sua saude o obriga a retirar-se deste paiz e procurar clima mais ameno», calculando, portanto, que estaria iminente o seu afastamento¹⁴¹.

Entretanto, no começo daquele ano aprestavam-se para sair de Londres e de Bristol «... dois navios com varios materiaes para aquellas obras e que em grande parte completarão as encommendas que temos recebido»¹⁴², segundo comunicavam para Paris a José do Canto.

Terminada a colaboração de Rennie na construção do porto artificial de Ponta Delgada, que contou com a participação, além

do engenheiro Plew, de operários ingleses, o jornal bi-semanário micaelense *A Persuasão*, segundo correspondência de Londres para o *Comércio do Porto*, noticiava em 21-10-1874 que falecera na capital britânica «... Sir John Rennie, notavel engenheiro, que dirigiu os primeiros trabalhos de construção do porto artificial d'esta cidade (*sic*), e por isso muito conhecido em S. Miguel» ¹⁴³.

Numa história açoreana, que com rigor de responsabilidade académica continua por fazer-se na pluridisciplinaridade das suas vertentes, entre choques e antinomias, conflituosidade entre permanente e efémero, procurou-se perspectivar um entendimento possível da presença britânica. Dela, no presente, quase que nada mais resta que um punhado de nomes infiltrados nos patronímicos portugueses, nem sempre pela via da legalidade matrimonial, algumas notícias dispersas, em geral de pequeno recorte, um cemitério e capela sem comunidade presente, um que outro retrato de família, ou busto, ou objecto, lembranças esbatidas, sonâmbulas, de um passado que, não sendo afinal muito longínquo, aparece diluído ou adormecido na memória colectiva, sem que nela se vislumbrem, ao nível da responsabilidade cultural, sinais do entendimento de que nenhum presente se credita como progresso, se desarticulado de um passado tornado organismo vivo. Porque, se assim não fosse, estaria longe da consciência universal quem escreveu:

«All the World is a Stage and all the Men and Women are merely Players.»

NOTAS

- ¹ Frédéric Mauro, *Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII^e siècle (1570-1670)*, Fundação Calouste Gulbekian, Paris, 1983, pp. 116-121.
- ² *Arquivo dos Açores*, vol. I, p. 5.
- ³ Id., *ib.*, pp. 6-7.
- ⁴ Id., *ib.*, pp. 10-13.
- ⁵ Id., *ib.*, pp. 21-28.
- ⁶ Id., *ib.*, pp. 103-105.
- ⁷ Id., *ib.*, pp. 18-20.
- ⁸ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, L.^o IV, vol. II, p. 84.
- ⁹ AA., vol. III, pp. 13-16. Nestor de Sousa, «A Matriz da Vila das Velas e o seu Retábulo Quinhentista no contexto da fixação da sociedade na Ilha de S. Jorge», *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, Série Ciências Humanas — Número Especial 1983, pp. 105-108.
- ¹⁰ A.G.S., G.A., *Legajo 129*, «Relacion de los pueblos que ay en la ysla de sant miguel ...».
- ¹¹ *Arquivo Pitoresco*, vol. I, 1857, n.º 1, pp. 97-99.
- ¹² Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, p. 48.
- ¹³ A.N.T.T., *Min. do Reino*, Maço 614, doc. 15.
- ¹⁴ Raquel Soeiro de Brito, «Aspectos da Emigração na Ilha de S. Miguel», *Estudos de História de Portugal*, vol. II (...), homenagem a A. H. de Oliveira Marques, n.º 24, 1983, p. 541. Armando Marques Guedes (Dr.), *A Ilha de São Miguel*, Univ. Técnica de Lisboa, 1938, p. 34.
- ¹⁵ A.A., vol. III, pp. 29-33.
- ¹⁶ B.P.A.P.D., L.^o Velho do Tombo da Câmara Municipal, f. 328 v. Ernesto do Canto, *Extracto de Documentos ...*, vol. V, f. 121.
- ¹⁷ A.A., vol. I, p. 239.
- ¹⁸ Id., vol. X, *Piratas nas Flores em 1587*, p. 501.
- ¹⁹ *Viage del conde Jorge de Cumberland, á las Islas Azores en el año de 1589*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1911.
- ²⁰ A.A., vol. X, pp. 97-149. B.P.A.H., L.^o do Registo da Câmara n.º 1, 1603, f. 157-159; 163-163 v.
- ²¹ Gaspar Frutuoso, *ob.*, L.^o e vol. *cts.*, p. 16.
- ²² Miguel de Figueiredo Corte-Real, *A Construção Naval na Ilha de São Miguel (...)* nos séculos XVI e XVIII, 1970, Docs. 15A-15F. Maria Olímpia da Rocha Gil, *O Arquipélago dos Açores no século XVII*, 1979, I, p. 11. Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*, Univ. dos Açores, 1986, Introdução, pp. 23-24 e Notas à Introdução n.º 38.
- ²³ *Revista Micaelense*, Anno 3º, Nº 1, Maio 1920, p. 655.
- ²⁴ A.N.T.T., *Cartório dos Jesuítas*, maço 34, doc. 60.
- ²⁵ Gaspar Frutuoso, *ob. e L.^o cits.*
- ²⁶ Id., *ob. cit.*, vol. VI, p. 28.
- ²⁷ Id., *ib.*, L.^o IV, vol. II, p. 16.
- ²⁸ *Revista dos Açores*, vol. II, 1853, p. 353.
- ²⁹ Carl A. Hanson, *Economia e Sociedade no Portugal Barroco*, D. Quixote, Lisboa, 1986, p. 222.

- 30 A.A., vol. II, pp. 309-310.
- 31 A.H.U., Açores, Caixa 6, doc. 9.
- 32 A.N.T.T., *Min. do Reino*, Maço 614, doc. 16.
- 33 A.G.S., G.A., *Legajo 511*.
- 34 B.P.A.A.H., Tabelião Manuel Jácome Trigo, L.º de Notas n.º 2, f. 97v-99.
- 35 Ver Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada ...*, p. 25.
- 36 Id., *ib.*, pp. 53-54, nota 51.
- 37 Id., *ib.*, p. 52 e p. 54, nota 52.
- 38 Id., *ib.*, p. 25 e p. 54, nota 53.
- 39 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de João M. de Medeiros, n.º 51, maço 10, f. 141.
- 40 Nestor de Sousa, *ob. cit.*, p. 54, nota 57.
- 41 Id., *ib.*, p. 54, nota 54.
- 42 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de Simão Pacheco Furtado n.º 66, maço 13, f. 46-47.
- 43 B.P.A.P.D., *ib.*, f. 108-108 v.
- 44 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de João da Silva Pedrosa n.º 61, maço 12, f. 72 v-74.
- 45 B.P.A.P.D., L.º 1.º de Registo da Câmara de Ponta Delgada, f. 402 v.
- 46 B.P.A.P.D., *ib.*, f. 422 v.
- 47 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de Simão Pacheco Furtado n.º 66, maço 13, f. 57-58 v.
- 48 Gaspar Frutuoso, *ob. cit.*, L.º IV, vol. I, p. 312.
- 49 Id., *ib.*, vol. I, p. 12; vol. II, p. 312.
- 50 A.H.U., Açores, caixa, 3, doc. 51.
- 51 A.H.U., *ib.*, caixa 6, doc. 2.
- 52 A.H.U., *ib.*, caixa 4, doc. 49.
- 53 A.N.T.T., *Min. do Reino*, maço 614, doc. 20.
- 54 A.N.T.T., *ib.*, maço 613, doc. 36.
- 55 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de Caetano José da Costa n.º 235, maço 41, f. 6-7.
- 56 A.N.T.T., *Min. do Reino*, maço 613, doc. 36. Ver Documentos transcritos n.ºs 2, 3 e 4.
- 57 A.N.T.T., *Min. do Reino*, *ib.* Ver Documento n.º 5.
- 58 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de Jerónimo Rebelo n.º 47, maço 9, f. 2[...].
- 59 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de João M. de Medeiros n.º 52, maço 10, f. 117 v.
- 60 B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de Gonçalo Pacheco de Meireles n.º 54, maço 11, f. de n.º ilegível.
- 61 A.M.P.D., L.º do Tombo do Santíssimo da Igreja de S. Sebastião de Ponta Delgada, 1701, f.; 88 v-92.
- 62 U.A., J.C., Carta de Ernesto do Canto a José do Canto, S. Miguel, 18-12-1865.
- 63 U.A., J.C., Carta de Agostinho Machado a José do Canto em Paris, S. Miguel, 28-3-1863.
- 64 *A Persuasão*, N.º 682, 13-2-1875, Anuncios, p. 4.
- 65 Id., N.º 743, 12-4-1876, Anuncios, p. 4.
- 66 Id., N.º 703, 7-7-1875, Anuncios, p. 4.
- 67 Id., N.º 695, 12-5-1875, Noticiário Local, pp. 3-4.

⁶⁸ Id., N.º 632, 25-2-1874, Anuncios, p. 4. N.º 674, 16-12-1874, lugar cit., p. 4.

⁶⁹ Id., N.º 690, 10-4-1875, lugar cit., p. 4. N.º 703 cit. na nota 66.

⁷⁰ Id., N.º 722, 17-11-1875, lugar cit., p. 4.

⁷¹ Id., N.º 695, 12-5-1875, lugar cit., p. 4.

⁷² Id., N.º 715, 29-9-1875, lugar cit., p. 4.

⁷³ Id., N.º 691, 17-4-1875, lugar e p. cites.

⁷⁴ Registo de casamentos e baptizados da família Hayes:

Mariage — George Hayes of Manchester a Bachelor and Margaret Henderson of London a spinster were married by Licence at the Parish Church of S.^t Pancros, the 3th of October 1857.

Issue of the above Marriage

S.^t Michaels Azores. 1858

George William Son of the above George and Margaret Hayes was born August 31.1858, and baptized October 11th 1858 by me, W.^m H. Brant.

Catharine Amelia Daughter of the above, George and Margaret Hayes was born June 13th 1860, and baptized July 12th 1860 by me William Holt Brant. British Chaplain.

Baptisms brough forward

Alice Clementina Daughter of George and Margaret Hayes was born August 11th 1862 and baptized September the 9th 1862 by me W. H. Brant. British Chaplain.

Charles Thomas Son of George and Margaret Hayes was born September 14th 1864 and Baptized October 20th 1864 by the Rev. W. Brant, British Chaplain.

Cecil Thomas, Son of George and Margaret Hayes, was born January 30th 1867 and Baptized March 4th 1867 by the Rev.^d James Colby, British Chaplain.

Henry Alfred, Son of George and Margaret Hayes was born August 6th 1868 and Baptized June 26th 1869 by the Rev.^d E. S. Powles Chaplain Royal Navy.

Arthur John, Son of George and Margaret Hayes, was born June 23th 1870 and Baptized Nov. 27th 1871 by me L. H. Tugwell British Chaplain.

Frederic Charles son of George and Margaret Hayes was born 19th January 1875, and baptized April 29.1877 by Rev. W.^m Bramley-Moore, the late Vicar of Gerrard's Cross, Bucks.

Marriage

George William Hayes, bachelor of S^t Michaels, Azores, and Alice Maud Turnley, spinster of London, Married by banne at S.^t Mary the Bolton's, South Kensington, the 23.rd of September 1885

by the Revnd John Wilson. D.D.

Vicar of Holy Trinity Church Knights bridge.

Nina Margaret daughter of George William and Alice Maud Hayes, was born October 4th 1887 and Baptized January 5th 1888 by me

N^m Geo procter (?) B.A.

British Chaplain.

Robert Turnley son of George William and Alice Maud Hayes was born 11.th December 1889 and baptized 4th May 1890 by me Iff (?) Chamberlain, Vicar of Limber Mag[us] (?).

Harold Goldsmith son of George William and Alice Maud Hayes was born 26th December 1892 and baptized 21th March 1893 by me, George Herbert Wooley, also [...] (?) Chap. S. Peter's, Bethnal Green, London.

Doris Maud daughter of George William and Alice Maud Hayes was born 22 June 1901 and baptized by me Jan^r. 4.1902, J. H., J. H. Am[] (?) Chaplain.

Marriage

Robert Turnley Hayes, bachelor of S.^t Michael's, Azores and Winifred Mary Marples, spinster of Sheffield, married by Banns at S.^t Mary Abbots, Kensington, London, the 30th December 1924, by the Revd. A. Sargent.

Issue of the above marriage

Yvonne Turnley, daughter of Robert Turnley and Winifred Mary Hayes was born 17.th August 1926 in London and baptized August 1926 at S.^t Mary Abbots, Kensington, by the Rev.^d Vicar of S.^t Mary Abbots.

George Robert Eyre, son of Robert Turnley and Winifred Hayes, was born 11th March 1935 in Ponta Delgada and baptized September 29th, 1935 on board H.M.S. «Achilles» by the Rev. I.B.C. Hopkin Jones M. A. Chaplain of the Royal Navy.

Informações que colhi na Bíblia da Família, por amabilidade do sr. Dr. George Hayes, professor do Ensino Preparatório na Vila de Lagoa.

⁷⁵ *A Persuasão*, N.º 744, 19-4-1876, Anuncios, p. 4.

⁷⁶ *Id.*, N.º 673, 9-12-1874, lugar cit.

⁷⁷ Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, trad. do inglês por João Hickling Anglin, Ed. do Inst. Cult. de Ponta Delgada, 1949, p. 432.

Os Bullar visitaram os Açores em 1838-1839. Ao tempo, era cônsul britânico nos Açores Thomas Carew Hunt, residindo em Ponta Delgada. Representava a Grã-Bretanha no Faial, Pico e S. Jorge Mr. Minchin.

⁷⁸ *A Persuasão*, N.º 673, 9-12-1874, Anuncios, p. 4.

⁷⁹ *Id.*, N.º 719, 27-10-1875, lugar cit.

⁸⁰ *Id.*, N.º 722, 17-11-1875; e N.º 692, 24-4-1875, lugares cits.

⁸¹ *Id.*, N.º 723, 24-11-1875 e N.º 722, 17-11-1875, lugares cits.

⁸² *Id.*, N.º 654, 29-7-1874, lugares cits.

⁸³ *Id.*, N.º 698, 2-6-1875, lugares cits.

⁸⁴ *Id.*, N.º 691, 17-4-1875, lugares cits.

⁸⁵ *Id.*, N.º 719, data e lugares cits.

⁸⁶ *Id.*, N.º 724, 1-12-1875, lugares cits.

⁸⁷ *Id.*, N.º 734, 9-2-1876, lugares cits.

⁸⁸ *Id.*, N.º 726, 15-12-1875, lugares cits.

⁸⁹ *A Persuasão*, N.º 727, 22-12-1875, Noticiario Local, p. 4.

⁹⁰ *Id.*, N.º 663, 30-9-1874, Gazetilha Fayalense, p. 3.

⁹¹ *Id.*, N.º 668, 4-11-1874, Nascimento, p. 3.

⁹² *Id.*, N.º 676, 30-12-1874, Despedida, p. 4.

⁹³ *Id.*, N.º 680, 30-1-1875, Anuncios, p. 4.

⁹⁴ U.A., J.C., Contas pertencentes ao Consul Inglez Samuel Vines, Recibo selado: «Recebi do Sn.^r Antonio Bernardo d'Abreu de Lima, como Procurador bastante do Ill.^{mo} Sn.^r José do Canto a quantia de trezentos Sessenta e oito mil oito centos e oitenta e cinco reis, salda (*sic*) da sua conta fechada em quinze do corrente mez. Ponta Delgada 29 de Julho de 1870. [Ass.] Catharine Mary Vines».

⁹⁵ U.A., J.C., *ib.*, apontamento manuscrito, cujo original foi assinado por José do Canto em 15-7-1870, contendo o saldo do Cônsul Samuel Vines: Junho, 21 — «O P.º Cezar Augusto Ferreira Cabido por Jacintho Soares do Rego Meirelles, da Maia, o capital — 200\$000 rs. dados a juro por Escriptura de 21 de Dezembro de 1868, e os juros vencidos desde 21 de Dezembro de 1869 até 21 de Junho de 1870 na razão de 12 p C.¹⁰ = 12\$000 r.^s — 212\$000».

⁹⁶ U.A., J.C., Carta de Edmund Monson a José do Canto, 28-1-1870:

«Cher Monsieur,

Les lettres ci-jointes me sont parvenues par un bâtiment à vapeur anglais, et non pas par l'Insulano.

J'ai aussi reçu les pleins pouvoirs qui vous sont destinés, la traduction des quels en Portugais M.^{me} Vines a chargé M. le Vice Consul Read.

Votre serviteur dévoué

Edmund Monson».

Este vice-cônsul julgamos ser John Read, filho de Caroline Meredith e de William Harding Read, nascido na Inglaterra em 1812 e que foi casado em primeiras núpcias com Ana Whytton da Câmara, do Faial (António Augusto Riley da Motta, *Uma Família inglesa: os Reads*, Ponta Delgada, 1957, p. 237).

⁹⁷ António Augusto Riley da Mota, *Uma Família inglesa: os Reads*, p. 236.

⁹⁸ U.A., J.C., Recibo passado a José do Canto por Catarina Mary Vines, de 90\$000, em 8-3-1871:

«Recebi do Sn.º Antonio Bernardo de Abreu Lima, Procurador do Ill.^{mo} Sn.º José do Canto a quantia de noventa mil reis, renda de seis mezes ultimos da minha casa de Grená sita na Lagôa das Furnas hoje vendido (*sic*) ao Sn.º James Hinton, medico, de Londres.

8 de Março de 1871

[Ass. sobre selo de 50 rs.] Catharine Mary Vines».

⁹⁹ B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de João da Paz.

¹⁰⁰ B.P.A.P.D., Ernesto do Canto, Extractos de Documentos Micaelenses, vol. II, f. 127.

¹⁰¹ B.P.A.P.D., Tabelionato, L.º de Notas de João M. de Medeiros n.º 50, maço 10, f. 132 v.

¹⁰² *O Cultivador*, n.º 2, p. 55.

¹⁰³ *Id.*, n.º 3, p. 83.

¹⁰⁴ *Id.*, n.º 16, p. 447.

¹⁰⁵ *A Persuasão*, N.º 679, 25-1-1875, Companhia Exportadora Michaelense, p. 2.

¹⁰⁶ *Id.*, N.º 674, 16-12-1874, Noticiario Local, Exportação de Fructa, p. 3.

¹⁰⁷ *Id.*, N.º 680, 30-1-1875, Noticiario Local, p. 4.

¹⁰⁸ *Id.*, N.º 632, 25-2-1874, Revista Commercial, p. 3.

¹⁰⁹ *Id.*, *ib.*

¹¹⁰ U.A., J.C. Carta de Bruno Silva e Filho a José do Canto, Londres, 8-1-1866.

¹¹¹ U.A., J.C., Carta de J. F. H. Scholtz a José do Canto em S. Miguel, Londres, 13-10-1858.

¹¹² U.A., J.C., Cartas de Bruno Silva e F.º para José do Canto, de Londres, 20-12-1865; 23-12-1865; 5-1-1866; 10-1-1866; 10-1-1866; 28-3-1866; 24-3-1866; 13-3-1880; 22-12-1880.

¹¹³ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 2-3-1866.

¹¹⁴ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 4-3-1867: «A laranja da Ilha vem cada vez mais grossa e os preços não se teem sustentado, mas sempre se tem obtido entre 23^s/- e 26^s/- pela 1ª e 2ª classificação ...». Carta dos mesmos, de 4-12-1865: «O mercado para laranja aqui tem ido um pouco melhor ultimamente».

¹¹⁵ *A Persuasão*, N.º 741, 29-3-1876, Noticiário Local, p. 3.

¹¹⁶ *Id.*, N.º 742, 5-4-1876, *ib.*, p. 4.

¹¹⁷ *Id.*, N.º 727, 22-12-1875, *ib.*, p. 4.

¹¹⁸ U.A., J.C., Carta de Ernesto do Canto a seu irmão José do Canto, S. Miguel, 27-10-1865, p. 2. Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 15-2-1866: «Alem do Maria Pia ha o «Amazon» ou «Sydney Hall» um dos quais devia partir para Lisboa no 1º de cada mez mas são irregulares ...». Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 25-3-1867: «Com a mudança de vento estão chegando varios navios da Ilha ...».

¹¹⁹ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 10-2-1866: «os preços do Merry Hart hontem regularam por 24^s/- e 25^s/- por fructa saã de que houve pouca. Estão no rio mais 4 navios provavelmente tambem com bastante fructa apodrecida ...». *Id.*, 28-3-1866: «... Veiu (*sic*) pelo navio Rebecca uma caixa de laranja marca J.C. (...) mas veiu (*sic*) tão apodrecida ...».

¹²⁰ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 24-3-1866.

¹²¹ U.A., J.C., «Account of the principal commodities exported from St. Michaels during the five years ending the 31st December 1850 ...». Por estes mapas vê-se que em 1846, 111.791 caixas de laranja renderam 56.072 para 58.803 do valor do cereal; 1847, 101.619 caixas = 67.617 contra 38.408 do cereal; 1848: 141.867 caixas = 57.827 contra 33.197 do rendimento do cereal; 1849, 115.620 caixas = 68.073 para o valor de 32.867 de cereal; 1850, 175.033 caixas de laranja obtiveram 60.823 contra o valor de 40.219 obtido pelo cereal. Ver Documento n.º 25.

¹²² U.A., J.C., «Laranja exportada em 1859 a 1860».

¹²³ U.A., J.C., «Cópia da autorização régia que autoriza um engenheiro estrangeiro a elaborar projecto da doca, a aprovar pelo Governo. Paço das Necessidades, 26-1-1852».

¹²⁴ U.A., J.C., Carta de João Pacheco de Albergaria a José do Canto, 14-6-1856.

¹²⁵ U.A., J.C., Carta de J. F. H. Parkin Scholtz a José do Canto, Londres, 8-10-1860.

¹²⁶ U.A., J.C., Carta a um tal Sr. João, Paris, 10-11-1860 (incompleta).

¹²⁷ U.A., J.C., A Relação dos materiais qu acompanhava a carta de Parkin Scholtz, vinha juntamente com carta de John Rennie, em cópia daquele, e cuja data era de Londres, 27-4-1861.

¹²⁸ U.A., J.C., Carta de Agostinho Machado Faria e Maia a José do Canto, datada de S. Miguel, 28-9-1861.

¹²⁹ U.A., J.C., Carta de J. F. H. Parkin Scholtz a José do Canto (em Paris), Londres, 18-10-1861.

¹³⁰ U.A., J.C., Carta de Agostinho Machado a sua prima e enteada Maria Guilhermina Taveira do Canto (em Paris), S. Miguel, 26-11-1862: «O rendezvous (*sic*) de toda a gente é nas obras da Doca. Nós fomos pela pr.^a vez vêr estes trabalhos no dia 17 do corr.^e (...), encontramos toda a familia do Fernando do Quintal, e já lá tinham estado outras familias (...). Quem entra ali parece-lhe estar em Londres. Até vem immensa gente de fóra da Cidade ...».

¹³¹ U.A., J.C., *ib.*, S. Miguel, 3-2-1863.

¹³² U.A., J.C., *ib.*, Carta de Agostinho Machado a José do Canto (em Paris), S. Miguel, 16-2-1864.

¹³³ U.A., J.C., Carta de José Jácome Correia a José do Canto (em Paris), datada de S. Miguel, 18-24 de Março de 1864.

¹³⁴ U.A., J.C., Carta de Ernesto do Canto a seu irmão José do Canto (em Paris), S. Miguel, 10-5-1864.

¹³⁵ U.A., J.C., Carta de Ernesto da Canto a seu irmão José do Canto (em Paris), S. Miguel, 18-12-1865.

Nesta carta, a propósito do trabalho nas pedreiras, acrescentava-se que elas «... estão magníficas, mas não se tem deitado muita pedra p.ª se tem quebrado alguns guindastes e tem havido demora nas rodas que se pediram de Londres».

¹³⁶ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto (em Paris), Londres, 8-1-1866, 2.ª parte.

¹³⁷ U.A., J.C., Carta de Agostinho Machado de Faria e Maia a José do Canto (em Paris), S. Miguel, 2-1-1866.

Outros efeitos do temporal referidos nesta carta respeitam ao Patacho S. José que «... perdêo-se nesta noite, p.ª estando dentro da Doca rebentou-lhe uma amarra, e como tivesse só um ferro, fez-se de vela, nesta ocasião batêo com o leme n'uma pedra, q̄ o pôz a modo de não poder governar, dando por isso á costa no alag[u]im, escapando toda a gente, excepto um guarda d'Alfandega, q̄ se quiz deitar ao mar».

Ainda a propósito dos estragos causados na doca, acrescenta:

«O estrago na Doca foi quando menos se esperava, pois q̄ de noite não tinha sofrido nada até á uma hora do dia».

¹³⁸ U.A., J.C., Carta de Ernesto do Canto a seu irmão José do Canto (em Paris), S. Miguel, 27-10-1865, p. 5.

¹³⁹ U.A., J.C., Carta de José Jácome Correia a José do Canto (em Paris), Ponta Delgada, 18 a 24-3-1864, p. 6.

¹⁴⁰ U.A., J.C., *ib.*, p. 10.

¹⁴¹ U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto (em Paris), Londres, 5-9-1866; Carta ao mesmo, Londres, 12-10-1866; e Carta ao mesmo, Londres, 25-10-1866.

¹⁴² U.A., J.C., Carta de Bruno Silva e F.º a José do Canto, Londres, 2-2-1866.

¹⁴³ *A Persuasão*, N.º 666, 21-10-1874, Noticiário Local, p. 3.

APENSO DOCUMENTAL

DOCUMENTO N.º 1

Senhor

Diz Jorge Kent, de Ponte (*sic*) Delgada, Ilha de S. Miguel, e nella Consul da Nasção (*sic*) Britanica; que sendo no dia 7. do mez de Novembro de 1762, estando Patricio Brown, da mesma Nasção, Visconsul do Sup.^o, e seu familiar, em huma sua casa, forão André Manoel Telles, filho de André de Fontes Entalhador, e Sebastião Soares, filho de Christovão Soares de Vltra, ambos da mesma cidade; das seis para as sete horas da noite lhes mandarão dizer que lhes viesse falar, e o dito Patricio Brown na confiança da boa amizade, que entre elles havia, desceo à porta da rua, e com elles esteve falando com a mesma amizade com que se tratavão, até que o dito André Manoel Telles achou modo para muito seguro executar a sua infiel, e aleivosa maldade, porq̃ com barbaridade, poucas vezes vista, tirou uma faça de ponta aguda, e com ella lhe fez uma ferida penetrante asima do Embigo (*sic*), q̃ lhe penetrou as entranhas, de q̃ em breves horas falesceo (*sic*): tirou-se devaça, e nella ficarão pronunciados os agressores, e os culpados se omiziarão, e o dito André Manoel Telles, por hora, se acha na Ilha de Santa Maria, vezinha de S. Miguel, favorecido do Capitão mór della, e embarcado por consentimento do Governador desta dita Ilha de S. Miguel; e Sebastião Soares, se acha omiziado na Santa Caza de Misericordia da cidade de Ponte Delgada, da mesma Ilha de S. Miguel, protegido, e favorecido de alguns Directores da dita Santa Casa: e como este caso foi tão atroz de prepozito (*sic*) com traição, e aleivozia, com a dita faca de ponta aguda, não podem ter seguro, nem lhes vale Immunidade Ecclesiastica, e alem disto, foi ofensa feita aos Ministros de S. Mag.^{de} Bri=/Britanica, e se não houver castigo exemplar, não poderão os Vassalos de S.M.B. viver com aquella segurança, paz, e tranquillidade constante, que V.M.F. [Vossa Majestade Fidelíssima] lhes permite, e juntamente com a mesma amizade estabelecida entre as duas Serenissimas Coroas, principalmente em huma Terra onde não tem favor, nem amparo; finalmente, aonde frequentemente são favorecidos semelhantes (*sic*) delinquentes por pessoas poderosas de suas amizades, e contemplações, q̃

universalm.^{te} se pratica nesta Terra, havendo nella exemplos de muitos crimes comittidos (*sic*) sem castigo, nem prizão; de q̄ resultão similhantes (*sic*) atrevimentos: e por estas razoens, recorre a V. Mag.^{te}, se sirva attender a este dezamparo, e mandar Ordem expressa p.^a quem tem ao seu cargo o governo das ditas Ilhas, ou nas partes onde forem achados os delinquentes, p.^a que cada hum no seu districto prenda os ditos criminozos, ainda q̄ seja, extrahindo-os de quaisquer Lugares izentos, a que se faça acto de Immunidade; pois de q̄ os ditos estão culpados, consta do Mandado junto, e melhor pode constar da devaça, q̄ foi remetida p.^a o Escrivão do Corregedor do Crime da Corte

P. a V. Mag.^{de} em attenção ao referido, lhe faça merce mandar passar as Ordens necessarias p.^a o dito efeito, não só aos ditos Governadores, mas a todas as Justiças.

E R M .

(A.N.T.T., *Ministério do Reino*, Maço 613, Doc. 36).

DOCUMENTO N.º 2

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snor

A continuação da minha molestia da gota me embaraça para hir pessoalmente por na prezença de V. Ex.^a a petição incluza para que queira dignar-se attendela (*sic*) afim de que S.M.F. seja servido determinar a expedição das Ordens necessarias; e as de V Ex.^a dezejo sempre para as executar com a mayor prontidão. Deos g.^{de} a V. Ex.^a ãñ añ. Lisboa 18 de Janeiro de 1763.

De V. Ex.^a

Muito obrigado, e obsequioso Criado

[Ass.] Dom Henrique Frankland .

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r
Francisco Xavier de M.^{sa} Furtado.

(A.N.T.T., *Ministério do Reino*, Maço 613, Doc. 36).

DOCUMENTO N.º 3

Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Senhor

Dom Henrique Frankland Baronet, e Consul geral da Nasção (*sic*) Britanica, com o maior respeito poem na presença de V. Excellencia a petição de Jorge Kent, Consul na Cidade de Ponte (*sic*) Delgada, Ilha de S. Miguel, pela qual implora a precisa providencia, que pede o barbaro assacinio (*sic*) comittido na quella (*sic*) Cidade na pessoa do Visconsul Britanico, como na mesma petição junta se relata, pois que obsta para a prizão, e castigo dos delinquentes, os assylos (*sic*) q̃ tem procurado em lugares privilegiados, e na protecção de pessoas poderozas.

A rectissima justiça de V. Ex.^a com que attende à observancia das Leys de S.M.F., e a protecção q̃ as mesmas Leys facultão aos Vassalos de S.M.B., como a todos os mais, certifica ao Sup.^{le}, que V. Ex.^a se hade dignar attender à dita Suplica, a fim de que S.M.F. seja servido determinar a expedição das ordens necessarias, para que effectivamente sejam prezos os delinquentes, e remetidos a esta Corte para se proceder na conformidade das Leys de S.M.F., o que assim espera o Sup.^{le}, e com o devido respeito pede a V. Ex.^a.

E R M^{cc}

(A.N.T.T., *Ministério do Reino*, Maço 613, Doc. 36).

DOCUMENTO N.º 4

Tradução do Memorial do Consul e Moradores Britanicos,
da Ilha de S. Miguel, feito ao Snõr. D. Henrique Frankland,
Consul geral da mesma Nasção (*sic*), em Lisboa

Jorge Kent, Consul Deputado, e mais Vassalos Britanicos, residentes na Ilha de S. Miguel, pedem Licença p.^a representar a V. S.^a, q̃ no dia 7. de Novembro proximo passado, achando-se Patricio Brown Visconsul do dito Jorge Kent, em huma casa adjacente à deste, e estando-se divirtindo (*sic*) com muzica pelas seis horas da tarde, succedeo que André Manoel, e Sebastião Soares chegarão à porta da dita casa, e procurarão falar ao dito Brown, offereceo se

lhes que entrassem, a que replicarão, somente querião dar huma palavra ali na porta, ao q̄ o dito Brown prontamente asentio, e descendo abaixo a falar-lhes, a tempo q̄ parecia estavão em conversa amigavel, puxou o dito André Manoel por huma faca, e com ella ferio mortalmente na barriga ao dito Brown, q̄ da mesma ferida falesceo (*sic*) nessa noite, como melhor constará pelos papeis em Portuguez, q̄ acompanhão esta, e porq̄ se prova a pronuncia dos agressores: estes se tem refugiado, e estão seguros, que não experimentarão castigo, pois que as pessoas poderosas tem por vangloria proteger semelhantes (*sic*) malevolos, p.^a que não sintão os effeitos da Justiça; e como igualmente a Immunidade das Igrejas lhes serve de asylo p.^a todo o genero de crime, he evidentemente lamentavel, que o delito de matador fique sendo impune na Ilha de S. Miguel, pois não obstante o grande numero de mortes, que se tem cometido nesta Ilha há poucos annos, e diariamente se estão cometendo, sendo poucos os Nascionães (*sic*) que não uzão de facas prohibidas; com tudo (*sic*) não há exemplo de que algum fosse castigado, e provavelmente jámais o será, sem q̄ para esse effeito preceda ordem especial de S. Mag.^{de} Pelo que, humildemente pedimos a V. S.^a queira representar este particular a S.M.F., afim de se obter do mesmo Senhor hu=^a huma Ordem especial expedida pelo Secretario d'Estado ao Governador da Ilha, p.^a prender os criminozos em qualquer Lugar aonde se acharem, ainda que seja em Igreja, ou outro algum Lugar Sagrado; e que no caso de não se aprehenderem os culpados, se executem em Estatua, para terror dos malfeitores, o que será hum acto de caridade, assim como de Justiça, de que esperamos resulte não se cometerem tão frequentes assacinhos (*sic*), e meyos p.^a vivermos em futuro com mais segurança.

(A.N.T.T., *Ministério do Reino*, Maço 613, Doc. 36).

DOCUMENTO N.º 5

Mand.^o de prizam de Georgio chent (*sic*) contra Andre M.^{el}
 Telles filho de Andre de Fontes, e Sebastião Soares Filho
 de Christovão Soares desta Cid.^e

O D.^{or} Jozé An.^{to} da Sylua juiz de Fora e orphãos nesta Cid.^e de Ponta delgada e seus Termos della desta Ilha de Sam Miguel, Correg.^{or} na Ilha de Santa Maria, e mais ilhas dos Asores (*sic*) por obito do Se.^{nor} Correg.^{or} Henrique Henriques Coresma (*sic*) de Almeyda tendo com Alssada por Sua Mag.^{de} q̄ Ds̄ g.^{de} etc Mando ao Alcayde deste juizo q̄ visto este meo mand.^o por mim assignado, pasado a instancia de Georgio Chente (*sic*) desta Cid.^e Consul da nasam Bartanica (*sic*) prenda nas cadeyas desta cidade a Andre Manoel Telles Filho de Andre de Fontes, e a Sebastião Soares Filho de Christouão Soares desta

mesma cid.^e donde não serão soltos sem q̄ pr.^o se mostrem liure (*sic*) do Crime q̄ lhe Resultou da morte de Patricio Braom (*sic*) na deuasa q̄ contra elles Requereo o dito Georgio Chent (*sic*) visto se acharem nella por mim pernunciados (*sic*); assim o cumpra. Dado nesta P.^{ta} delgada aos vinte e quatro de nouembro de mil sete sentos secenta e dous annos, eu Manoel Munis (*sic*) de Med.^{ros} T.^{am} o escreuj

Sylua

Nós homens de neg.^o da Praça desta cid.^e de P.^{ta} Delg.^{da} Ilha de São Miguel abacho asignados certheficamos em como a letra do mandado supra hé da propria mão, e punho de Manoel Monis de Medr.^{os} que actualm^{te} (*sic*) Exercita o officio de T.^{am} publico de notas, e Escrivão do Judicial nesta d.^a cid.^e a quem se da inteira fee, e Credito; e outro sim certificamos em como o signal ao pé do d.^o hé do D.^{or} Corregedor, juis de fora Jozé An.^{to} da Silua, o q̄ tudo certheficamos por uermos Escreuer, e termos semelhantes em nosos puderes (*sic*) e se nesesr.^o for juramos aos Santos Evang.^{os}

Nesta P.^{ta} Delg.^{da} aos 7 de Dezbr.^o de 1762

José Nunes de Carvalho

Jozé Tavares de Faria

(A.N.T.T., *Ministério do Reino*, Maço 613, Doc. 36).

DOCUMENTO N.^o 6

Saturday, Dec. 27.th 1845

My dear Sir

The portrait of M.^e do Canto is now finished. I [...] therefore to return you the key of the room in wich I have [...] the picture, and I shall be relyed if you will be good enough to send me my box [...] that I have arranged on the table.

I am
my dear Sir
[...] faithfully yours
Charles Martin

(U.A., J.C., Carta endereçada a José do Canto).

DOCUMENTO N.º 7

Account of the value of the principal commodities imported into St. Michaels, during the five year ending the 31st December 1850, distinguishing the several classes of produce and the countries from which were imported.

Classes of Products	Amount of Importations in Sterling							
	From Portugal and Madeira			from the	from other	Total		Total
	native products	foreign products	total	British Dominions	foreign countries	Portuguese products	foreign products	
1846								
manufactured £								
Silks	1 050	219	1 269	250	—	1 050	469	1 519
Woolens	895	222	1 117	9 385	43	895	9 650	10 545
Cottons	1 113	672	2 285	14 660	82	1 607	15 414	17 027
Lineus	157	137	294	2 195	5	157	2 337	2 494
Hardwares	132	534	1 166	3 850	369	632	4 753	5 385
Glass	107	56	163	216	110	107	382	489
Earthen ware	182	5	187	491	—	182	496	678
Paper	445	337	782	24	—	445	361	806
Leather	1 069	63	1 132	38	447	1 069	548	1 617
Refined sugar	387	—	387	937	—	387	937	1 324
Wood	350	9	359	213	89	350	311	661
Miscellaneous	1 945	1 754	3 699	73	253	1 945	2 080	4 025
Total £	8 832	4 008	12 840	32 332	1 398	8 832	37 738	46 570
Unmanufactured £								
Tea	—	1 472	1 472	—	—	—	1 472	1 472
Sugar row	—	—	—	—	2 970	—	2 970	2 970
Colonials	—	1 060	1 060	446	100	—	1 606	1 606
Oils	732	242	974	43	40	732	325	1 057
Fish	241	78	319	415	6	241	499	740
Wood	304	10	314	—	1 474	304	1 484	1 188
Liquors	3 327	—	3 327	4	—	3 327	4	3 331
Salt	274	—	274	—	—	274	—	274
Coals	—	—	—	98	—	—	98	98
Miscellaneous (sic)	584	—	584	40	7	584	47	631
Total £	5 442	2 862	8 324	1 046	4 597	5 462	8 505	13 967
Monopoly £								
Tobacco	5 790	—	5 790	—	—	5 780	—	5 790
Soap	924	—	924	—	—	924	—	924
Slamp haper	1 238	—	1 238	—	—	1 238	—	1 238
Total	7 952	—	7 952	—	—	7 952	—	7 952
Specie	2 694	—	2 694	2 600	235	—	5 529	5 529
Total value	22 246	—	9 564	31 810	35 978	6 230	22 246	74 180

DOCUMENTO N.º 7 (Continuação)

1847

Classes of Products	Amount of Importations in Sterling							
	from Portugal and Madeira			from the British Dominions	from other foreign countries	Total		Total
	native products	foreign products	total			Portuguese products	foreign products	
Manufactured								
Silks	790	231	1.021	3	—	790	234	1.024
Woolens	385	145	530	5.391	—	385	5.536	5.921
Cottons	1.536	205	1.741	16.799	—	1.536	17.004	18.540
Linens	278	53	331	1.164	—	278	1.217	1.495
Hardwaren	670	718	1.388	4.410	278	670	5.406	6.076
Glass	119	75	194	140	—	119	215	334
Earthen ware	124	60	184	214	—	124	274	378
Paper	362	188	550	85	—	362	273	635
Leather	837	22	859	25	1.331	837	1.378	2.215
Sugar refined	357	—	357	1.034	—	357	1.034	1.391
Wood	170	5	175	289	19	170	313	483
Miscellaneous	1.764	1.246	3.010	448	109	1.764	1.863	3.567
Total	7.392	2.948	10.340	30.002	1.737	7.392	34.687	42.079
Unmanufactured								
Tea	—	1.063	1.063	—	—	—	1.063	1.063
Sugar row	—	—	—	—	4.229	—	4.229	4.229
Colonials	—	1.600	1.600	485	334	—	2.419	2.419
Oils	1.042	1	1.043	172	25	1.042	198	1.240
Fish	301	3	304	270	—	301	273	574
Wood	413	—	413	—	2.026	413	2.026	2.439
Liquors	7.705	—	7.705	13	—	7.705	13	7.718
Salt	404	—	404	—	—	404	—	404
Coals	—	—	—	130	—	—	130	130
Miscellaneous	529	—	529	80	2	529	82	611
Total	10.394	2.667	13.061	1.150	6.616	10.394	10.433	20.827
Monopoly								
Tobacco	2.248	—	2.248	—	—	2.248	—	2.248
Soap	564	—	564	—	—	564	—	564
Slamps	684	—	684	—	—	684	—	684
Total	3.496	—	3.496	—	—	3.496	—	3.496
Specie	—	5.409	5.409	25.609	—	—	31.018	31.018
Total value	21.282	11.024	32.306	56.761	8.353	21.282	76.188	77.420

DOCUMENTO N.º 7 (Continuação)

1848

Classes of Products	Amount of Importation in Sterling							Total
	from Portugal and Madeira			from the British Dominions	from other foreign countries	Total of		
	native produce	foreign produce	total			Portuguese products	foreign products	
Manufactured								
Silks	1.557	350	1.907	477	110	1.557	937	2.494
Woolens	830	87	917	8.333	200	830	8.620	9.450
Cottons	1.198	367	1.565	17.964	200	1.198	18.531	19.729
Lineus	335	94	429	1.476	—	335	1.570	1.905
Hardwares	2.572	600	3.172	2.306	116	2.572	3.022	5.594
Glass	212	36	248	260	150	212	446	658
Earthen ware	302	10	312	296	—	302	306	608
Paper	845	246	1.091	117	10	845	373	1.218
Leather	1.516	323	1.839	70	622	1.516	1.015	2.531
Sugar refined	539	—	539	343	—	539	343	882
Wood	512	96	608	—	2	512	98	610
Miscellaneous	3.161	1.791	4.952	333	41	3.161	2.165	5.326
Total	13.579	4.000	17.579	31.975	1.451	13.579	37.426	51.005
Unmanufactured								
Tea	—	2.353	2.353	—	—	—	2.353	2.353
Sugar raw	—	—	—	155	4.419	—	4.574	4.574
Colonials	—	3.287	3.287	342	402	—	4.031	4.031
Oils	1.799	57	1.856	95	—	1.739	152	1.951
Fish	483	45	528	403	11	483	459	942
Wood	646	25	671	260	886	646	1.171	1.817
Liquors	4.357	7	4.364	19	—	4.357	26	4.383
Salt	244	—	244	—	—	244	—	244
Coals	—	—	—	263	—	—	263	263
Miscellaneous	948	—	948	241	10	948	251	1.199
Total	8.477	5.774	14.251	1.778	5.728	8.477	13.280	21.757
Monopoly								
Tobacco	3.453	—	3.453	—	—	3.453	—	3.453
Soap	1.095	—	1.095	—	—	1.095	—	1.095
Slamps	1.694	—	1.694	—	—	1.694	—	1.690 (sic)
Total	6.242	—	6.242	—	—	6.242	—	6.242 (sic)
Specie	—	5.030	5.030	3.117	110	—	8.257	8.257
Total value	28.298	14.804	43.102	36.870	7.289	28.298	58.963	87.261

DOCUMENTO N.º 7 (Continuação)

1849

Classes of Products	Amount of Importations in Sterling							
	from Portugal and Madeira			from the British Dominions	from other foreign countries	Total of		Total
	native products	foreign products	total			Portuguese products	foreign products	
Manufactured								
Silks	1.148	107	1.255	210	—	1.148	317	1.465
Woolens	798	105	903	4.665	—	798	4.770	5.568
Cottons	1.872	450	2.322	19.734	—	1.872	20.184	22.056
Linens	208	190	398	831	—	208	1.021	1.229
Harc. wares	1.263	521	1.784	3.444	205	1.263	4.170	5.433
Glass	328	80	408	196	1	328	277	605
Earthen ware	355	25	380	460	—	355	485	840
Paper	1.098	174	1.272	32	—	1.098	206	1.304
Leather	1.210	46	1.256	—	942	1.210	988	2.198
Sugar refined	493	—	493	573	—	493	573	1.066
Wood	100	29	129	90	—	100	119	219
Miscellaneous	3.203	1.231	4.434	262	111	3.203	1.604	4.807
Total	12.076	2.958	15.034	30.497	1.259	12.076	34.714	46.790
Unmanufactured								
Tea	—	2.786	2.786	—	—	—	2.786	2.786
Colonials	—	1.751	1.751	250	72	—	2.073	2.073
Oils	1.262	19	1.281	30	100	1.262	149	1.411
Fish	434	6	440	216	—	434	222	656
Wood	417	16	433	6	1.802	417	1.824	2.241
Liquors	6.740	3	6.743	40	—	6.740	43	6.783
Salt	480	—	480	—	—	480	—	480
Coals	—	—	—	178	—	—	178	178
Sugar raw	—	415	415	180	2.123	—	2.718	2.718
Miscellaneous	1.101	282	1.983	165	—	1.701	447	2.148
Total	11.034	5.278	16.312	1.065	4.097	11.034	10.440	21.474
Monopoly								
Tobacco	5.103	—	5.103	—	—	5.103	—	5.103
Gun powder	4	—	4	—	—	4	—	4
Soap	1.694	—	1.694	—	—	1.694	—	1.694
Slamps	738	—	738	—	—	738	—	738
Total	7.539	—	7.539	—	—	7.539	—	7.539
Specie	—	2.178	2.178	6.893	—	—	9.071	9.071
Total value	30.649	10.414	41.063	38.455	5.356	30.649	54.225	84.874

DOCUMENTO N.º 7 (Continuação)

1850

Classes of Products	Amount of Importations in Sterling							Total
	from Portugal and Madeira			from the British Dominions	from other foreign countries	Total of		
	native products	foreign products	total			Portuguese products	foreign products	
Manufactured								
Silks	1.567	169	1.736	119	20	1.567	308	1.875
Woolens	675	183	858	6.896	20	675	7.099	7.774
Cottons	946	157	1.103	16.589	6	946	16.752	17.698
Linens	176	42	218	250	—	176	292	468
Hardwares	2.060	410	2.470	2.095	315	2.060	2.820	4.880
Glass	240	80	320	89	11	240	180	420
Earthenware	576	50	626	29	15	576	94	670
Paper	775	153	928	34	—	775	187	962
Leather	1.736	70	1.806	23	236	1.736	329	2.065
Sugar refined	722	—	722	414	—	722	414	1.136
Wood	169	82	251	101	10	169	193	362
Miscellaneous	3.080	1.110	4.190	233	47	3.080	1.390	4.470
Total	12.722	2.056	15.228	26.872	680	12.722	30.058	42.780
Unmanufactured								
Tea	—	2.474	2.474	—	—	—	2.474	2.474
Sugar raw	—	2.634	2.634	579	7.439	—	4.652	4.652
Colonials	—	620	620	452	66	—	1.138	1.138
Oils	1.110	12	1.122	58	106	1.110	176	1.286
Fish	378	30	408	553	—	378	583	961
Wood	1.431	32	1.463	3	861	1.431	896	2.327
Liquors	5.879	27	5.906	22	—	5.879	49	5.928
Salt	550	—	550	—	—	550	—	550
Coals	—	—	—	97	—	—	97	97
Miscellaneous	1.390	340	1.730	115	20	1.390	475	1.865
Total	10.738	6.169	16.907	1.879	2.492	10.738	10.540	21.278
Monopoly								
Tobacco	8.600	—	8.600	—	—	8.600	—	8.600
Soap	982	—	982	—	—	982	—	982
Slamps	2.465	—	2.465	—	—	2.465	—	2.465
Total	12.047	—	12.047	—	—	12.047	—	12.047
Specie	—	1.730	1.730	2.000	—	—	3.730	3.730
Total value	35.507	10.405	45.912	30.751	3.172	35.507	44.328	79.835

DOCUMENTO N.º 8

Relação da despesa feita nas Furnas no predio do
Ex.^{mo} Snr Samuel Vines, Emguez (sic)

<i>Nomes</i>	<i>Jornais</i>	<i>Preço</i>	<i>Inp^{ca} (sic)</i>	<i>Qualidade de Serviços</i>
Antonio Polinha	1	180	\$180	mondar amieiros
Antonio Carepa	1	»	\$180	» »
Manoel Cabral	1	»	\$180	» »
Manoel Ignacio	1	»	\$180	» »
Manoel Fran ^{co} Moniz	1	»	\$180	» »
Manoel Furtado Quieto	2	200	\$400	» »
Somma em Rs			1\$300	

Furnas 7 de Septembro de 1869

Manoel Furtado Quieto

(U.A., J.C., Contas pertencentes ao Cônsul Inglês Samuel Vines)

DOCUMENTO N.º 9

Relação da despesa feita no serviço do Ex.^{mo} Sñr Samuel Vines da nação Emgueleza (*sic*) nas somanas (*sic*) findas em 6 e 13 de Novembro de 1869

<i>Nomes</i>	<i>Jornais</i>	<i>Preço</i>	<i>Inp^{ca} (sic)</i>	<i>Qualidade de Serviço</i>
Amancio de Souza	5	160	\$800	Governar Laranjeiras
Joze Caminhos	5	»	\$800	Rachar abrigos, e tapar na terra sega (<i>sic</i>)
Francisco Moniz	6	»	\$960	»
Manoel Ignacio	6	»	\$960	»
João Cabral	6	»	\$960	»
Manoel Quietto	6	200	1\$200	»
Rs			5\$680	

Furnas 14 de Novembro (*sic*) 1869

A I Moniz

(U.A., J.C., Contas pertencentes ao Cônsul Inglês Samuel Vines)

DOCUMENTO N.º 10

Inventário

Grená . Lagoa das Furnas

A Sala grande

- 1 Canapé com coxim e duas travesseiras
- 18 Cadeiras de mogno; 6 cadeiras de gesteira (*sic*)
- 2 Cadeiras grandes com braços, com coxims (*sic*) de coiro.
- 2 mesas redondas; 2 mesa (*sic*) de jolgar (*sic*)
- 1 mesa comprida
- 1 Piano forte e chave; 1 banco
- 3 Bancos pequenos.
- 4 Pares de castiças de vidro; 2 mangas de vidro; 1 globo de vidro; 1 vaso verde.
- 2 Lampiões (*sic*); 1 guarda-fogo, com os seus pertences; 2 Esteiras (usadas); 2 Tapetes; 1 oleado.

A Sala pequena

- 1 Canapé de gesteira; 8 cadeiras de gesteira.
- 1 Livraria; 2 mesas; 2 tinteiros; 1 Jolgo (*sic*).
- 1 Esteira (usada); 1 Tapete.

A Sala de jantar

- 1 Mesa de jantar com 4 folhas.
- 16 Cadeiras de clina (*sic*); 1 canapé de mogno.
- 1 Aparador; 1 guarda-louça; 2 oleados.
- 1 Esteira (usada); 1 Tapete; 1 guarda-fogo.;
- 1 Relógio; 2 pares de Castiças de vidro.
- 11 Vistas com molduras; 1 Lampião.
- 1 Caixinha para chá; 3 Bandeijas (*sic*).

O Corridor (*sic*)

- 1 Mesa com figura e lampião.
- 1 Lampião pendente; Oleado; 3 Capazes (*sic*)
Tapete para escada; 30 varas de metal amarelo. /

Corridor de cima — 1 oleado.

Quarto de Dormir N° 1

- 1 Barra de mogno com 1 Rabeca. Colção (*sic*) de clina (*sic*); cama das penas (*sic*); 3 travesseiros; Cortinhas (*sic*).
- 1 Cadeira com braços; 2 cadeiras de mogno.
- 2 Mesas; 1 mesa de noite; 1 escada de cama
- 1 Lava mão com louça completa; 1 cavalo (*sic*) para toalhas; 1 Guarda Roupa; 1 Espelho.
- 1 Aguador; 1 Lata; 1 Banheiro; 3 Tapetes; 1 oleado; Cortinhas (*sic*) das Janellas; 2 Paus com 20 argolhos (*sic*).

Quarto N° 2

- 1 Barra de ferro com cortinha (*sic*); 1 Rabeca
- 1 Colção (*sic*) de clina (*sic*); 3 Travesseiros; 1 Comodo (*sic*).
- 1 Guarda Roupa; 1 Banco; 2 mesas; 1 Lava mão com louça completa; 1 cavalo (*sic*) para toalhas; 2 cadeiras de mogno; 1 aguador.
- 1 Lata; 2 Tapetes; 2 oleados; Cortinhas (*sic*) das janellas; 2 Paus com 20 argolhas (*sic*).

Quarto N° 3

- 1 Barra de ferro; 1 colção (*sic*) de clina (*sic*); 2 travesseiros (1); 1 comodo (*sic*); 1 Lava mão com louça completa; 1 cavalo (*sic*) para toalhas.
- 1 Mesa; 1 Espelho; 1 mesa de noite; 1 tapete.
- 1 Oleado; 2 cadeiras de mogno. Cortinha (*sic*) para janella; 1 Pau; 10 argolhos (*sic*).

Quarto N° 4

- 1 Barra do (*sic*) ferro; 1 colção (*sic*) de clina(*sic*); 2 Travesseiros; 1 comodo (*sic*); 1 Lava mão com louça completa; 1 cavalo (*sic*) para toalhas.
- 1 Mesa; 2 cadeiras; 1 oleado; 1 Tapete.

Quarto N° 5

- 2 Barras de ferro; 2 colcaox (*sic*) de musgo; 4 travesseiros; 1 armario; 2 lava mãos, com louça completa; 1 mesa, 1 Espelho.
- 2 Cavalhos (*sic*) para toalhas; 1 Cortinha (*sic*) da / janella; 1 Pau; 10 argolhos (*sic*); 1 Lava pés.
- 2 Cadeiras.

Quarto N° 6

- 1 Barra de ferro; 1 colção de clina (*sic*); 2 travesseiras; 1 mesa de noite; 1 mesa; 1 Espelho.
- 1 Comodo (*sic*); 1 Cavalo (*sic*) para Toalhas; 1 Descanço (*sic*) para os vestidos; 2 cadeiras; 1 Tapete.
- 2 oleado (*sic*).

Falsa

2 mesas; 1 Escritório; 4 cadeiras; 1 Pau de janella; cortinha (*sic*) e argolhas (*sic*); 2 Paus; 5 Cabidas (*sic*)

A Cosinha (*sic*)

1 Mesa grande; 2 armarios; 1 lava mão.
1 Caixa grande para milho; 5 Bancos.
1 Descanço (*sic*) para por pratos; 2 Faceiros (*sic*); 1 Taxa (*sic*) grande.
9 Pamellas (*sic*); 3 chaleiras; 2 Frigideiras; 8 assadores.
6 Trempas (*sic*); 1 grelha; 1 Forador (*sic*); 1 Ballança e pesos; 2 latas; 4 Raladores; 1 machadinha.
2 Cafateiras (*sic*); 1 Pisador; 3 moinhos; 6 pratos dos Pasteis; 3 formas de gellea (*sic*); 2 Tigelas de Pudim; 4 formas (lata) grandes; 26 pequenas; 1 Bandeija (*sic*); 1 Lata para Petroleo; tessoro (*sic*) e bandeija (*sic*) e lata.
6 Casticaës (*sic*); 1 Lanterno (*sic*).

Dispensa

1 Mesa grande; 1 armario
12 Boiões; 4 algadas (*sic*); 1 Pedra molar tinta
1 diamante (cortar vidros); 2 correntes de ferro; 1 barril com olio (*sic*) de linhaça (p. serviço da casa); 1 lata tinta branca (alvaade (*sic*)); 1 Bilha.

Quarto d'engommar

1 Engenho; 1 Banco grande; 1 descanço (*sic*) p. sellinhos; 2 cavalhos (*sic*); 2 mesas; 1 mesa / d'engommar; 2 cestos.

4 Barras de madeira das criadas; 4 colçãos (*sic*); 4 travesseiros; 1 mesa; 2 Bancos.

Fora

1 Talhão; 2 Barrils (*sic*) p. agua; 1 Cangalhas.
4 Sellas; 2 Barras pequenas; 1 Pudão (*sic*)
3 Machados; 3 Forcilhas (*sic*); 3 Ensinhos (*sic*)
3 Sachadinhas; 1 Sacha (*sic*); 2 Tessouras (*sic*) cortar arvores; 2 Picaretas (*sic*);
1 Barro.
1 Mallão; 2 Fouces; 2 Foucinhas.
2 Alfanges (Fouces); 1 Ratoeiro (*sic*)

(U.A., J.C., manuscrito s/ assinatura nem data).

DOCUMENTO N.º 11

10 Berners Street
Oxford Street — London

15.th January 1870

Rece.^d from the Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor José do Canto of St. Michaels — Azores, a bill of exchange at sixty days' sight for the sum of £ 54.12^s3^d sterling, paid by Senhor Manoel Theofilo Augusto Ferreira, of Ribeira Grande, St. Michael's

[Ass. sobre selo de 1 shiling] Catharine Mary Vines

(U.A., J.C., Contas pertencentes ao Cônsul Inglês Samuel Vines)

DOCUMENTO N.º 12

10 Berners Street
London, 15.th Jan. 1870

Dear Sir

Your esteemed letter of the 27.th December last did not reach until the 11.th of January, too late to acknowledge it by the overlands mail. We both most heartily thank you for your very kind care of our interests, and I beg to express to you many regrets for having occasioned you so much trouble.

Enclosed with this is the Power of Attorney you kindly request, duly executed you will see / at the Portuguese Consulate and to which M.^r Monson will append a certified translation. As the «Clifton» sails tomorrow direct for St. Michael's there will be little time lost. Sn.^r Bernardo Amaral can give trouble, but he only puts himself to expence, as he is obliged to pay *all* the expences, he puts us to. I enclose too a bill of the costs of this Power of Attorney, which amount, I would wish, if possible to recover from those four persons who owe us money, as they have put us to this additional / expense. All the money

we have lent is *well* secured; and if Sn.^r Bernardo gives a new security instead of paying the interest on the two sums he owes us it will be necessary to see that the new Escriptura is very binding and exact. We feel quite sure that you will continue to do the best for us.

Mr. Vines said he paid the little foro of 3\$000 to the S.^{ta} Casa of Ribeira Grande last year, who knows about this is the Escrivão (I think he is) Manoel José de Moraes. /

Please have the amieiras planted out next month as you say at Grená;

Manoel Quietto will know where they are most required. I think it best that he should with him in this planting as the trees are so few (*sic*).

When perfectly convenient I Would be greatly obliged by your making out and sending to me, our little account to the 31.th December 1869. I wish for this for my / yearly accounts.

You will credit me with the 12\$040, which José Ferreira of the Furnas, was to have paid in rent in November last, and with your rent for the house; and debit me with the expences incurred on the Predio since you left it. Pray be so kind as *not* to send me any balance of money but keep it for the current expences this year.

I beg to enclose a stamped receipt for the Bill for £ 54:12.3. amount of money paid by Snr. Manoel Theofilo Augusto Ferreira / and we both thank you very much, for the trouble you have taken in this matter.

I hope M.^{me} do Canto and all your family are quite well, to whom I beg my kindest remembrances and good wishes.

If I can be useful to you here in London I shall be most happy indeed to be so.

With renewed thanks
I am most truly
your very much / obliged,

Catharine Mary Vines.

Ill.^{mo} Ex.^{mo} Sn.^r
José do Canto.
S. Miguel

(U.A., J.C., Contas pertencentes ao Cônsul Inglês Samuel Vines)

DOCUMENTO N.º 13

Monsieur

En réponse à votre lettre du 15 courant permettez-moi je vous prie, une petite explication. Je n'ai pas affirmé que bien certainement je vous ai *entendu* (*heard*) dire que vous ne vouliez pas retourner à Grená, mais que je vous ai *compris* / (*understood*) de le dire; et en vous comprenant ainsi c'était mon excuse pour vous avoir demandé permission d'occuper la maison.

En allant moi-même chez vous pour vous communiquer de vive voix la vente de la propriété de Grená je pensais / avoir agi envers vous avec la plus rigoureuse politesse.

Je vous renouvelle, Monsieur, mes sincères remerciemens (*sic*) pour toutes les peines que vous avez prises pour nos affaires.

Presentez, s'il vous plait, mes complimens affectueux à M.^{me} do Canto, et aux Demoiselles vos / filles.

Monsieur, votre serviteur très obligé,

Catharine Mary Vines.

Ponta Delgada
ce 17 octobre 1870

(U.A., J.C.).

DOCUMENTO N.º 14

Ce 17. Oct.^{bre} 1870

Cher Monsieur

Me référent à la lettre que vous avez daigné m'écrire Samedi, le 15 du courant, en réponse à celle que je me fis l'honneur de vous adresser le 13, je me permets de vous expliquer que ce ne fut nullement mon intention de vous menacer d'un procès, ni d'aucune / démarche judiciaire. J'aime à croire, au contraire, qu'il n'y aura jamais question de tels procédés entre nous.

Ayant accepté les pleins pouvoirs qui m'ont été confiés par M.^r Hinton, je l'ai cru de mon devoir, même en fait de la courtoisie que vous est due de ma part, de ne pas / vous cacher la négociation dont je me trouve chargé.

Je suis bien sensible de l'extreme politesse qui a inspiré les compliments trop flatteurs que vous avez bien voulu me faire. Vous comprendrez, cependant, j'en suis sûr, que dans les affaires de la propriété de Grená ce n'est point comme Consul de S.M.B. que je vous prie de me regarder, mais tout simplement comme procureur du nouveau propriétaire. /

Veillez agréer, cher Monsieur, les assurances de la parfaite considération avec laquelle

j'ai l'honneur d'être

votre très obéissant Serviteur

Edmund Monson

(U.A., J.C.).

DOCUMENTO N.º 15

Recebi do Ex.^{mo} Sn.^r José do Canto em 13-11 e 23 d'Agosto 1870.

- 1 Escaler, 4 remos, 2 mastros, dos quaes um só com cordas e sem montão.
- 1 Craque, 1 garoupé, 1 retranca da vella grande,
- 2 caranguejos com suas cordas.
- 1 lême, 2 canas de lême.
- 4 vellas de panno d'algodão novas e sem defeito
- 1 caixa fechada com cadeado, contendo objectos pertencentes a lancha.
- 1 Boia.
- 3 Trilhos para o fundo do escaler.
- 2 Varaes, 10 1/2 braças de cabo grosso.
- 8 Taboas d'amieiro.
- 1 Boia de salvação.
- 1 Lata de alvaiade em massa.
- 1 Garrafa d'oleo (não cheia)
- 1 Brocha
- 2 Pinceis, 1 espatula.

Catharina Mary Vines

Furnas 24 d'Agosto de 1870.

(U.A., J.C., Contas pertencentes ao Cônsul Inglês Samuel Vines)

DOCUMENTO N.º 16

London 12 June 1861

Jose do Canto
Paris

Dear Sir

Your esteemed favor of 3rd just is to hand and we duly not its contents.
Your letters for St. Michaels were all in time for the Alfredo and were forwarded by her in regular course.

Herewith we beg to hand you your account current balance £ 7.16.10 at your D^s and we will be happy to receive any remarks you may have to make. a (*sic*) copy of same we will send to St. Michaels by next opportunity.

Valencia oranges are now fetching good prices 1000 Boxes have been sold today at 25/- to 30/- for box containing from 500 to 600 oranges.

Hoping that you and all your family are quite well we are

Dear Sir

Your [...]

W^m Mc Andrews and Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 17

Londres 20 Nov.^{bro} 1862

Ill.^{mo} Sn.^r

Am.^o e Sn.^r A estação nova da laranja dos Açores começou em 14 do Corrt.^e com a venda em Liverpool da carga do «Jacintha» de S. Miguel, a qual alcançou de 27/- a 29/- p [or] cx.^a de 2^a qualidade em boa condicção.

O «Dispatch» chegou aqui em 18 do Corrt.^e e o «Queen» hontem ambos de S. Miguel. A fruta por aquelle foi vendida hontem ao preço medio de 31/6 a 32/- p[or] cx.^a

A primeira carga de S. Miguel do aviso anterior veiu (*sic*) p.^o «Despatch» (*sic*) e vendeu-se a 24/6 p[or] cx.^a porem então ja tinham chegado cinco navios de Fayal, e n'este anno ainda não ha chegada alguma d'aquella ilha.

Ha algumas partidas de laranja de Lisboa que alcançaram de 20/- a 21/- p[or] cx.^a

Nestes ultimos dias fez vento do nordeste: e hoje está do este, e fresco.

Somos

De VS^a
Mt.^o Att.^{os} V.^{os} e C.^{os}

Wm. Mc Andrews Sons

(U.A., J.C., Carta a José do Canto)

DOCUMENTO N.^o 18

London, 20 Nov.^r, 1862

José do Canto Esq.^s

Paris

Dear Sir,

Since we remitted you a Bank Post Bill for £ 80., at the end of last month, we have not had the pleasure of hearing from you.

The new Season of the Azores Oranges has commenced, as you will see by the enclosed circular, which we send to our friends today. The prices are very good, but we do not expect that in general they will be high, as commerce is in so bad a State here, and will probably not mend materially during the continuance of the American war.

The fruit appears to be forward and of a good colour, which though advantageous now, does not promise well for what will come on towards the close of the season.

We have nothing further worth your notice, and hoping that you and all your circle are well, we are

Dear Sir
Yours mo: truly

W.^m Mc. Andrews Sons

(U.A., J.C., Carta endereçada a José do Canto Esq.^s, Ville de la Reunion, Rue de Versailles 20, Auteuil, près de Paris)

DOCUMENTO N.º 19

London, 28 Nov.^r 1862

José do Canto Esq.^s

Paris

Dear Sir

We received your favor of 21.th inst, for which are much obliged.

We are glad to see that your advices from St. Michaels are so satisfactory, and trust that they may continue so.

We will send all the correspondence relating to your Orange business to St. Michaels, as you direct, but will send you catalogues, and lists of proceeds.

We enclose a Bank Post Bill for £ 107.0.0, which we hope will reach its destination safely.

Since our last respects, there have been no arrivals of Oranges from the Azores until today; when we have news of the the (*sic*) «Dolphin» being in Bristol and the «Moult» from Fayal in the Channel. The prevalence of Easterly winds, and N.E., has no doubt been the cause of the detention. But as it now from the South West, we expect that there will soon be sufficient supplies of fruit. Hoping that you and your family continue in good health, we are

Dear Sir
yours very respy (*sic*)

W.^m Mc. Andrew Sons

(U.A., J.C., Carta a José do Canto, Ville de la Réunion, Rue de Versailles, 20, Auteuil, près de Paris)

DOCUMENTO N.º 20

London, 4 December, 1862

José do Canto, Esp.^o

Paris

Dear Sir

Your note of 1.st inst. is duly received, by which we see that you received the Bank Post Bill for £ 107. safely.

We have a letter today from Mess.^{es} Luz, Gaspar and C.^o, desiring us to pay you £ 24.00; please let us know whether we are to send you a Bank Post Bill, or remit it by any other means.

We will send you Mess.^{es} Adams statistical table of the Importation of Oranges, as you request.

The prices of fruit here fell on Monday last to 23/- and 23/6, f/ box of best 2nd quality; yesterday however, they rallied a little, and most of the fruit fetches 24/- and over. In Liverpool the sale was very slow at 23/- and 23/6. The arrivals are considerable, not with standing the continued East and South East winds which have prevailed.

Hoping that you are all in good health, we are

Dear Sir
yours very respy

W.^m Mc. Andrew Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 21

London, 6 December, 1862

José do Canto, Esq.^c

Paris

Dear Sir

Your note of yestarday is received in accordance with your request, we enclose you a Bank Post Bill for £ 24.00, which we charge to the Ds. of a Mess.^{es} Luz, Gaspar and C.^o, of St. Michaels.

We have advice today from M.^s Lima, of having delivered to the abovenamed firm a box of Oranges for you; we will forward it without delay on arrival.

Just now there is no vessel loading for S.^l Michaels; but there will probably be an opportunity of sending out goods shortly.

The Sales of Oranges are very dull; prices continue at from 22/6 to 23/6 for best 2.nd quality; in Bristol yesterday a considerable portion was withdrawn in consequence of 23/6 not being obtainables. The buyers remove their purchases from the warehouses very slowly, which does not promise well, and we fear the depression is owing to the unsatisfactory state of trade in general. We are

Dear Sir
yours very truly

W.^m Mc Andrew and Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 22

London, 15 Dec.^r, 1862

José do Canto, Esq^e

Paris

Dear Sir

Your note yesterday. is to hand, enclosing a letter for your brother which will go forward by the earliest opportunity.

We are glad that your advices from St. Michaels are so satisfactory; our last news is of the 2.nd inst. when the weather was bad, and the vessels were slipping, in expectations of a gale.

Your note of 8.th inst. was duly to hand, and the different articles are ordered, but we shall not be able to send them for about 10 days, as the saythes (*sic*) will not be ready before that time.

Enclosed are lists of proceeds of your fruit, so far as accounts are made up. The supplies lately are very moderate, and prices here have risen from 21/6 and 22/-, to 25/6 and 26/- for box: and at today's sale, we look for these rates being at least sustained, and probably exceeded.

Until after Christmas, we expect a good demand for Oranges.

We are

Dear Sir,
yours very truly

W.^m Mc. Andrew and Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 23

London, 1.st Octr. 1863

José do Canto, Esq.^e

Paris

Dear Sir

Your note of yesterday is received, by which we are glad to see that you and your family are enjoying good health.

Enclosed is a Bank Post Bill for £ 131.0.0, which we hope will reach you safely.

The last news that we have received from the Azores, was under date of 3.th ult. We are glad to see that the crops were progressing favorably.

A Cargo of Summer Oranges from St. Georges was sold yesterday at 21/- to 23/6 for box for the sound fruit. The general condition however was inferior.

We are

Dear Sir
yours [...] truly

W.^m Mc. Andrew and Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 24

London, 7 January 1864

José do Canto, Esq.^e

Paris

Dear Sir

We had this pleasure yesterday, and our object today is merely to inform you that we are told that the «Estephania» will load here for St. Michaels, and will probably leave in about 14 days.

The severe frost here still continues, and there are no indications of an approaching change. In the mean time the consumption of Oranges is almost entirely stopped, and the sales are chiefly to speculative buyers.

The price here yesterday was about 16/- for box, for [...] 2nd quality. Here are two vessels reported today from S.^t Michaels, in Bristol.

We are

Dear Sir
yours very truly

W.^m Mc. Andrew and Sons

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 25

Account of the principal commodities exported from S.^t Michaels during the five years ending the 31st December 1850

Ano de 1846

Exported to

Products	Portugal and Madeira		British Dominions		Other foreign countries		Total	
	quantity	value	quantity	value	quantity	value	quantity	value
Oranges Boxes	19	11	110.752	55.551	1.020	510	111.791	56.072
Grain and flour Qrs	16.931	29.372	18.894	29.431	—	—	35.825	58.803
Others agricultural	—	1.021	—	2	—	224	—	1.247
D.º not agricultural	—	70	—	—	—	68	—	138
Foreigne reexported and specie	—	8.055	—	—	—	—	—	8.055
Total		38.529		84.984		802		124.315

Ano de 1847

	9	5	100.570	69.073	1.040	539	101.619	69.617
	17.964	34.039	2.069	4.350	11	19	20.044	38.408
	—	1.045	—	—	—	200	—	1.245
	—	62	—	—	—	2	—	64
	—	4.101	—	—	—	5	—	4.106
Total	—	39.252	—	73.423	—	765	—	113.440

SINAIS DA PRESENÇA BRITÂNICA NA VIDA AÇORIANA

Ano de 1848

	9	5	141.551	57.717	301	105	141.867	57.827
	22.867	26.539	5.118	6.566	60	92	28.045	33.197
	—	1.484	—	—	—	14	—	1.498
	—	171	—	—	—	29	—	200
	—	899	—	—	—	298	—	1.197
Total		29.098		64.283		538		93.919

Ano de 1849

	19	10	114.539	67.313	1.062	750	115.620	68.073
	22.697	23.531	8.538	9.336	—	—	31.235	32.867
	—	1.132	—	200	—	—	—	1.332
	—	166	—	—	—	—	—	166
	—	647	—	—	—	—	—	647
Total		25.486		76.849		750	—	103.085

Ano de 1850

Oranges Boxes	61	39	170.118	58.928	4.854	1.856	175.033	60.823
Grain and flour Qrs	24.445	29.995	6.887	6.456	3.936	3.768	35.268	40.219
Other agricultural	—	1.201	—	—	—	21	—	1.201
D ^o not agricultural	—	362	—	—	—	—	—	362
foreign reexported								
sp. unknown	—	630	—	—	—	—	—	630
Total	—	32.227	—	65.384	—	5.645	—	103.255

Average of the five years
1846-1850

Oranges Boxes	23	14	127.506	61.716	1.656	752	129.184	62.482
Grain and flour Qrs	20.981	28.695	8.301	11.228	801	775	30.083	40.698
Others agricultural	—	1.177	—	40	—	92	—	1.309
D ^o not agricultural	—	166	—	—	—	20	—	186
Foreign reexported	—	2.866	—	—	—	61	—	2.927
[Total]	—	32.918	—	72.984	—	1.700	—	107.602

Account of the Revenue received in the Custom House of S.^t Michael's during the five years ending the 31.st December 1850, distinguishing the receipts from Imports from the amount derived from other sources

Receipt in Sterling

Sources	1846	1847	1848	1849	1850	average
From Imports	11.199	11.394	12.434	13.307	14.431	12.553
From Exports and others	984	1.232	893	886	1.153	1.020
Exchange laken (<i>sic</i>) at 5700	12.183	12.626	13.327	14.193	15.584	13.583 (<i>sic</i>)

Account of the principal commodities exported from S.¹ Michaels during the year ending the 31st December 1851, distinguishing the several classes of produce and the countries to which they were chiefly exported

Products	Portugal and Madeira		British dominions		Other foreign countries		Total	
	quality	value	quality	value	quality	value	quality	value
Oranges Boxes	10	5	98 227	61 477	4 079	1 290	102.316	62.772
Grains flour Qrs	39 058	44 658	3 614	3 797	754	754	43 426	49.209
Others agricultural	—	1 377	—	—	—	148	—	1.525
D ^o no agricultural	—	164	—	—	—	—	—	164
Foreign reexported not including specie	—	146	—	—	—	—	—	146
Total	—	46 350	—	65.274	—	2 192	—	113.816

(U.A., J.C.)

DOCUMENTO N.º 26

Laranja exportada em 1859 a 1860

Nome do Navio	J.C.		E.C.		A.M.		AB.		J.K.		Total		
	g ^s	pq ^s	g ^s	pq ^s	g ^s	pq ^s	g ^s	pq ^s	g ^s	pq ^s	g ^s	pq ^s	
Symetaj	8		6		2		4				20		
Lotus	13		15		13		15		4		60		
Alarm	17		21		8		16		4		66		
Nancy Dawson	10		20		13		11		6		60		
Lizzi	20		2		5	1	6	1	9		42	2	
Blue Jacket	35		18		—	—	15		—	—	68		
Merlin	6		10				4		4		24		
Nightingale	24		28		6		17		5		80		
Weasel	6	1	22	1	7		12		7		54	2	
Ipswichlass	—	—	5		—	—	—	—	1	—	6		
Izabella	9		30		8		19		4		70		
Stanley	12		37		12		12	1	12		85	1	1 c. tangerina J.C.
March Hare	10		10		9		19		10		58		
Barbara	6		13		12		8		5		44		
Gilbert Wheaton	6		21		—	—	1		—	—	28		no Gurdon Rebow
Alarm	9		15	1	8		13		5		50	1	forão 2 c. pq. ^s AB
	191		277		103		162		76		815		mais J.C. 1 c. ^{te} tan- gerinas
Tradesman	22		26		17		21	1	4		90	1	
Heroine	10	1	12	2	10		13		6		51	3	
Blue Jacket	—	—	6		55		45		8	1	114	1	
Touch Not	5	1	—	—	—	—	6		—	—	11	1	
Stanley	24		30	1	22		15		6		97	1	
Nancy Dawson	22		24		24		28		2		100		11 c. ^{tas} tang. ^{nas} ANL
Gilbert Wheaton	20		9		8		18		5		60		1 d. ^o tang. ^{nas} AB.
Barbara	12		7		12		13		4		48		
Aurora	48		48		—	—	—	—	1		97		
Lotus	2		42		—	—	—	—	—	—	44		2 c. ^s tangerinas
Contest	12		36		—	—	7		—	—	55		E.C.
Staghound	—	—	29		10		11	1	—	—	50	1	
Cok of the Walk	17		43		14		21		5		100		
Izabella	15		24		5		23		5		72		
Swift	15		25		11		11	1	—	—	62	1	
Frolie	—	—	4		—	—	—	—	—	—	4		
Bôa Fé	20		16		—	—	—	—	4		40		
Alfred	6	1	42		6		—	—	6		60	1	
March Hare	16		42		4		12		6		80		
Maid of the Midlt	25		31		—	—	8	1	—	—	64	1	
Gurdon Rebow	20		41		—	—	9		6		76		
Serpent	6		10		—	—	4		—	—	20		
Ann	5		15		—	—	8		—	—	30		
Azia	6		31		—	—	9		6		48		
Nancy Dawson	20		58		—	—	—	—	—	—	78		2 c. ^{tes} tang. ^{nas} A.M.
Cruz 1º	9		19		2		—	—	—	—	30		
Cok of the Walk	43		110		—	—	—	—	5		158		
Até 21 d'Abril 1860	591	4	1053	5	303	1	444	6	155	1	2.474	17	2720 Caixas gran- des liquidarão
Eolus	50	1									50	1	£ 1591.4.8 =
Darwin	9		2								11		= R 8.910\$905 li- quida cada C. ^a
			90								90		
			20								20	1	3276 $\frac{185}{2720}$
			62								62		
	650	5	1227	5							2.707	19	

(U.A., J.C., ms.)